

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	82
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	32.774
Preferenciais	0
Total	32.774
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	856.696	618.834
1.01	Ativo Circulante	1	1.708
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1.690
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	18
1.02	Ativo Não Circulante	856.695	617.126
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	123.083	229.898
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	123.083	229.898
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	123.083	117.080
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	0	112.818
1.02.02	Investimentos	733.607	387.222
1.02.02.01	Participações Societárias	733.607	387.222
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	733.605	387.220
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2	2
1.02.03	Imobilizado	5	6
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5	6

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	856.696	618.834
2.01	Passivo Circulante	371.065	467.941
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	154	53
2.01.01.01	Obrigações Sociais	154	53
2.01.01.01.01	Folha de Pagamento	0	6
2.01.01.01.02	Encargos Sociais	154	47
2.01.02	Fornecedores	2	22
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2	22
2.01.03	Obrigações Fiscais	58	43
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	58	43
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	58	43
2.01.05	Outras Obrigações	536	1.723
2.01.05.02	Outros	536	1.723
2.01.05.02.04	Outros Credores	536	1.723
2.01.06	Provisões	370.315	466.100
2.01.06.02	Outras Provisões	370.315	466.100
2.01.06.02.04	Provisão p/Desvalorização das Particip. em Controladas	370.315	466.100
2.02	Passivo Não Circulante	3.580.686	3.496.793
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	2.073.892
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	2.073.892
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	2.073.892
2.02.02	Outras Obrigações	3.580.201	1.422.416
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.157.785	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	2.157.785	0
2.02.02.02	Outros	1.422.416	1.422.416
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.422.416	1.422.416
2.02.04	Provisões	485	485
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	485	485
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	485	485
2.03	Patrimônio Líquido	-3.095.055	-3.345.900
2.03.01	Capital Social Realizado	973.764	973.764
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.057.267	-4.308.112
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-11.552	-11.552

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.532	328.714	-245.758	-412.048
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-598	-1.928	-480	-1.514
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	430	1.290	430	1.290
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-252.566	-432.314
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.700	329.352	6.858	20.490
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.532	328.714	-245.758	-412.048
3.06	Resultado Financeiro	-11.283	-77.869	-32.310	-101.108
3.06.01	Receitas Financeiras	2.053	6.026	1.959	5.692
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.336	-83.895	-34.269	-106.800
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-7.751	250.845	-278.068	-513.156
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.751	250.845	-278.068	-513.156
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-7.751	250.845	-278.068	-513.156
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,23600	7,65400	-8,48400	-15,65700
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,23600	7,65400	-8,48400	-15,65700

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-7.751	250.845	-278.068	-513.156
4.03	Resultado Abrangente do Período	-7.751	250.845	-278.068	-513.156

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.689	-1.270
6.01.01	Pagamento a Fornecedores	-505	-442
6.01.02	Pagamento de Salários e Encargos	-1.194	-914
6.01.03	Pagamento de Tributos	-10	-10
6.01.04	Pagamento de Outras Despesas Operacionais	-4	-8
6.01.05	Resultado Financeiro	24	96
6.01.06	Outros Recebimentos	0	8
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	2.954
6.02.01	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital em Controlada	0	-7.900
6.02.02	Integralização de Capital em Controlada	0	-48.600
6.02.03	Recebimento de Alienação de Participação Societária	0	59.454
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	470
6.03.01	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	0	470
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.689	2.154
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.690	100
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1	2.254

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-4.309.769	-11.552	-3.347.557
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	1.657	0	1.657
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-4.308.112	-11.552	-3.345.900
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	250.845	0	250.845
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	250.845	0	250.845
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-4.057.267	-11.552	-3.095.055

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-3.691.605	-9.431	-2.727.272
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-3.691.605	-9.431	-2.727.272
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-513.156	0	-513.156
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-513.156	0	-513.156
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-4.204.761	-9.431	-3.240.428

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	1.290	-431.024
7.01.02	Outras Receitas	1.290	-431.024
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-472	-418
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-333	-337
7.02.04	Outros	-139	-81
7.03	Valor Adicionado Bruto	818	-431.442
7.04	Retenções	-1	-2
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1	-2
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	817	-431.444
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	335.378	26.182
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	329.352	20.490
7.06.02	Receitas Financeiras	6.026	5.692
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	336.195	-405.262
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	336.195	-405.262
7.08.01	Pessoal	1.364	1.009
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	91	85
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	83.895	106.800
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	250.845	-513.156
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	250.845	-513.156

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	992.377	644.464
1.01	Ativo Circulante	175.092	205.376
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	80	104
1.01.02	Aplicações Financeiras	55.025	72.839
1.01.03	Contas a Receber	110.166	68.845
1.01.03.01	Clientes	7.867	7.074
1.01.03.01.01	Consumidores	8.084	7.267
1.01.03.01.02	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-217	-193
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	102.299	61.771
1.01.03.02.01	Ativo Financeiro - Bens da Concessão	102.299	61.771
1.01.04	Estoques	2.617	2.212
1.01.07	Despesas Antecipadas	478	172
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.726	61.204
1.01.08.03	Outros	6.726	61.204
1.01.08.03.01	Devedores Diversos	6.726	61.186
1.01.08.03.04	Outros Créditos	0	18
1.02	Ativo Não Circulante	817.285	439.088
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	671.992	323.345
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	123.083	117.080
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	123.083	117.080
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	548.909	206.265
1.02.01.09.03	Ativo Financeiro - Bens da Concessão	533.226	191.034
1.02.01.09.09	Outros Créditos	15.683	15.231
1.02.02	Investimentos	133.008	105.596
1.02.02.01	Participações Societárias	133.008	105.596
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	22.563	19.356
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	110.445	86.240
1.02.03	Imobilizado	11.195	9.115
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.195	9.115
1.02.04	Intangível	1.090	1.032
1.02.04.01	Intangíveis	1.090	1.032

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	992.377	644.464
2.01	Passivo Circulante	390.676	482.130
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	799	1.087
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	799	1.087
2.01.02	Fornecedores	1.360	1.717
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.360	1.717
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.345	2.177
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.275	2.086
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.428	29
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	493	542
2.01.03.01.04	Outros	2.354	1.515
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	42
2.01.03.02.01	ICMS	0	42
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	70	49
2.01.03.03.01	ISS	70	49
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.336	3.341
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.336	3.341
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.336	3.341
2.01.05	Outras Obrigações	8.521	7.708
2.01.05.02	Outros	8.521	7.708
2.01.05.02.05	Encargos Setoriais	2.967	3.086
2.01.05.02.07	Outros Credores	1.009	2.345
2.01.05.02.08	Obrigações Estimadas	4.545	2.277
2.01.06	Provisões	370.315	466.100
2.01.06.02	Outras Provisões	370.315	466.100
2.01.06.02.04	Provisão para Desvalorização de Participação Societária	370.315	466.100
2.02	Passivo Não Circulante	3.696.756	3.508.234
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.848	2.081.924
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.848	2.081.924
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.848	2.081.924
2.02.02	Outras Obrigações	3.582.492	1.424.303
2.02.02.02	Outros	3.582.492	1.424.303
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.422.416	1.422.416
2.02.02.02.07	Encargos Setoriais	2.201	1.887
2.02.02.02.08	Outros Credores	90	0
2.02.02.02.09	Transações com Partes Relacionadas	2.157.785	0
2.02.03	Tributos Diferidos	107.047	41
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	107.047	41
2.02.04	Provisões	2.369	1.966
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.369	1.966
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.884	1.481
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	485	485
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-3.095.055	-3.345.900
2.03.01	Capital Social Realizado	973.764	973.764
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.057.267	-4.308.112
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-11.552	-11.552

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	54.316	395.672	12.986	42.996
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-13.326	-52.871	-8.630	-27.798
3.03	Resultado Bruto	40.990	342.801	4.356	15.198
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-31.593	86.839	-257.979	-445.960
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.999	-20.083	-5.919	-15.289
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	661	1.616	533	1.393
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-252.566	-432.314
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-25.255	105.306	-27	250
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.397	429.640	-253.623	-430.762
3.06	Resultado Financeiro	-9.245	-69.449	-24.377	-80.022
3.06.01	Receitas Financeiras	4.846	16.087	10.323	28.159
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.091	-85.536	-34.700	-108.181
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	152	360.191	-278.000	-510.784
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.903	-109.346	-68	-2.372
3.08.01	Corrente	-1.594	-2.394	-4.712	-5.325
3.08.02	Diferido	-6.309	-106.952	4.644	2.953
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.751	250.845	-278.068	-513.156
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-7.751	250.845	-278.068	-513.156
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-7.751	250.845	-278.068	-513.156
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,23600	7,65400	-8,48400	-15,65700
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,23600	7,65400	-8,48400	-15,65700

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-7.751	250.845	-278.068	-513.156
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-7.751	250.845	-278.068	-513.156
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-7.751	250.845	-278.068	-513.156

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.819	12.690
6.01.01	Recebimento de Clientes	51.992	38.488
6.01.02	Outros Recebimentos	0	8
6.01.03	Pagamento a Fornecedores	-7.850	-11.886
6.01.04	Pagamento de Salários e Encargos	-19.988	-21.556
6.01.05	Pagamento de Tributos	-25.112	-11.462
6.01.06	Pagamento de Outras Despesas Operacionais e Administrativas	-1.569	-1.166
6.01.07	Resultado Financeiro	6.346	20.264
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-68.233	54.904
6.02.01	Caixa Usado no Imobilizado, Investimentos e Intangível	-68.489	-23.345
6.02.02	Outros	-282	-508
6.02.03	Recebimento de Alienação de Participação Societária	0	59.454
6.02.04	Recebimento de Dividendos	538	461
6.02.05	Recebimento de Indenização do Ativo Financeiro de Transmissão	0	18.842
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	46.576	-1.951
6.03.01	Pagamento de Serviço da Dívida	-2.534	-2.421
6.03.02	Recebimento de Empréstimos Concedidos - Coligada	49.110	0
6.03.03	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	0	470
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-17.838	65.643
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	72.943	85.085
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	55.105	150.728

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-4.309.769	-11.552	-3.347.557	0	-3.347.557
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	1.657	0	1.657	0	1.657
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-4.308.112	-11.552	-3.345.900	0	-3.345.900
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	250.845	0	250.845	0	250.845
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	250.845	0	250.845	0	250.845
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-4.057.267	-11.552	-3.095.055	0	-3.095.055

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-3.691.605	-9.431	-2.727.272	0	-2.727.272
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-3.691.605	-9.431	-2.727.272	0	-2.727.272
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-513.156	0	-513.156	0	-513.156
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-513.156	0	-513.156	0	-513.156
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-4.204.761	-9.431	-3.240.428	0	-3.240.428

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	416.832	-380.100
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	46.873	39.956
7.01.02	Outras Receitas	343.652	-430.921
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	26.330	10.880
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-23	-15
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-41.883	-17.888
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-32.699	-16.574
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-5.986	0
7.02.04	Outros	-3.198	-1.314
7.03	Valor Adicionado Bruto	374.949	-397.988
7.04	Retenções	-860	-2.559
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-860	-2.559
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	374.089	-400.547
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	122.071	28.974
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	105.306	250
7.06.02	Receitas Financeiras	16.615	28.699
7.06.03	Outros	150	25
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	496.160	-371.573
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	496.160	-371.573
7.08.01	Pessoal	25.245	18.699
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	134.534	14.703
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	85.536	108.181
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	250.845	-513.156
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	250.845	-513.156

I – DESEMPENHO OPERACIONAL INDIVIDUAL**INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS INDIVIDUAIS**

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais

Indicadores	30/09/2015	30/09/2016	Variação 30/09/2015 - 30/09/2016
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	1.427	1.836	28,66%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(1.514)	(1.928)	27,34%
EBITDA (R\$ mil)	(1.512)	(1.927)	27,45%
Lucro/Prejuízo Líquido (R\$ mil)	(513.156)	250.845	148,88%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais

Indicadores	31/12/2015 REAPRESENTADO	30/09/2016	Variação 31/12/2015 - 30/09/2016
Liquidez Seca	0,00365	0,0000027	-99,93%
Liquidez Corrente	0,00365	0,0000027	-99,93%
Ativo Total - (R\$ mil)	618.834	856.696	38,44%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	3.964.734	3.951.751	-0,33%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(3.345.900)	(3.095.055)	-7,50%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Até 30/06/2009 a Companhia manteve as suas atividades operacionais mediante a utilização dos recursos disponibilizados pela sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, através do contrato de mútuo número AJU 002/2007, firmado em 26 de setembro de 2007, e renovado pelo 1º termo aditivo de 27 de junho de 2008, com vigência até 30 de julho de 2009, ocorrendo a quitação desta obrigação com a Controlada no ano de 2011.

A partir de 30/06/2009 até 31/03/2016, por intermédio do acionista controlador, ocorreram os seguintes adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC, sendo que o adiantamento no valor de R\$100.000 mil, de 29 de dezembro de 2011, foi aportado posteriormente pela Celgpar na Coligada Celg D, em decorrência do acordo firmado entre a Celgpar, Estado de Goiás e Eletrobras, bem como o adiantamento de R\$1.270.111, de 16 de maio de 2012, posteriormente aportado na Coligada Celg D. Os demais AFAC ocorridos serviram para a manutenção das atividades operacionais da Controladora e quitação do IOF incidente sob a operação de empréstimo efetuado com a Caixa Econômica Federal em setembro/2014:

Comentário do Desempenho

DATA	VALOR DO AFAC EM MIL
22/06/2009	717
29/09/2009	300
06/01/2010	509
09/04/2010	250
27/05/2010	250
09/06/2010	250
14/07/2010	150
16/08/2010	200
30/08/2010	200
13/09/2010	200
30/11/2010	249
06/04/2011	1.454
11/05/2011	1.454
07/07/2011	1.454
10/08/2011	1.454
19/09/2011	1.454
26/10/2011	1.455
29/12/2011	100.000
16/05/2012	1.270.111
31/10/2012	2.000
10/03/2014	235
26/03/2014	235
15/04/2014	235
14/05/2014	235
23/06/2014	235
29/08/2014	235
30/09/2014	35.720
30/09/2014	235
31/10/2014	235
28/11/2014	235
31/03/2015	235
30/04/2015	235
TOTAL	1.422.416

Em função da Companhia ainda não possuir uma fonte própria de geração de Receita Operacional, observa-se a impossibilidade de se efetuar os cálculos dos indicadores relacionados a este parâmetro de análise.

De maneira geral, verifica-se que a Companhia apresenta baixos índices de liquidez em função dos valores das obrigações com terceiros serem proporcionalmente bem maiores do que os recursos aplicados no seu Ativo Circulante. De 01/01/2014 até 30/09/2014, observou-se que a maior concentração das obrigações da Companhia se referia à Provisão para Desvalorização em Participações Societárias Permanentes, efetuada em função da situação de Passivo a Descoberto ocorrida na Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D, situação esta modificada no 3º trimestre de 2014, em função da mudança na estrutura de capital da Celgpar pelo empréstimo captado na Caixa Econômica Federal em setembro/2014, classificado como Passivo Não Circulante, e cuja parte dos recursos foi utilizada para capitalizar a Coligada Celg D, reduzindo sensivelmente a situação de Passivo a Descoberto desta Coligada e, por sua vez, a respectiva Provisão para Desvalorização dessa participação societária no exercício de 2014. No exercício social de 2015, e

Comentário do Desempenho

no primeiro, segundo, e terceiro trimestres de 2016, verificou-se o retorno na situação de Passivo Descoberto na Celg D, obrigando, por sua vez, a Celgpar a reconhecer novamente a Provisão de forma proporcional à sua participação acionária, perfazendo o montante acumulado de R\$370.315 mil em 30/09/2016.

II – DESEMPENHO OPERACIONAL CONSOLIDADO

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS CONSOLIDADOS

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados			
Indicadores	30/09/2015	30/09/2016	Variação 30/09/2015 - 30/09/2016
Receita Operacional Líquida - ROL (R\$ mil)	42.996	395.675	820,26%
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	28.832	37.730	30,86%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(91)	322.718	354735,16%
EBITDA (R\$ mil)	2.468	323.578	13010,94%
Lucro/Prejuízo Líquido (R\$ mil)	(513.156)	250.845	148,88%
Margem EBIT - EBIT/ROL (%)	-0,21%	81,56%	38636,41%
Margem EBITDA - EBITDA/ROL (%)	5,74%	81,78%	1324,70%
Margem Líquida - LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO/ROL (%)	-1193,50%	63,40%	105,31%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados			
Indicadores	31/12/2015 REAPRESENTADO	30/09/2016	Variação 31/12/2015 - 30/09/2016
Liquidez Seca	0,42139	0,44148	4,77%
Liquidez Corrente	0,42598	0,44818	5,21%
Ativo Total - (R\$ mil)	644.464	992.377	53,98%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	3.990.364	4.087.432	2,43%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(3.345.900)	(3.095.055)	-7,50%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

A variação relevante nos indicadores consolidados vinculados ao resultado, quando verificados de forma comparativa ao trimestre encerrado em setembro/2015, se refere principalmente ao efeito do reconhecimento do Valor Novo de Reposição – VNR, efetuado pela Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, relativo aos Ativos Financeiros da Concessão de Transmissão existentes até 31 de maio de 2000 ainda não depreciados, denominados RBSE, e demais instalações de transmissão, denominados RPC. Conforme Nota Explicativa 8, das Informações Trimestrais encerradas em 30.09.2016, o efeito sobre a receita operacional montou em 314.689 mil, e o efeito líquido no resultado, considerando-se o imposto de renda e contribuição social diferidos, totalizou 207.695 mil. Não obstante este efeito circunstancial, observa-se ainda a existência de indicadores positivos de resultado do serviço (EBIT) e geração de caixa operacional (EBITDA).



**Companhia Celg de Participações -
CELGP**

**CNPJ 08.560.444/0001-93
CAPITAL ABERTO**

**Informações Trimestrais
Consolidadas em IFRS
Trimestre findo em
30 de setembro de 2016**

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes a Caixa	3	1	1.690	55.105	72.943
Consumidores	4	-	-	8.084	7.267
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	-	-	(217)	(193)
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	102.299	61.771
Devedores diversos	5	-	-	6.726	61.186
Outros créditos	6	-	18	-	18
Estoques	7	-	-	2.617	2.212
Despesas antecipadas	-	-	-	478	172
Total do ativo circulante		1	1.708	175.092	205.376
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	533.226	191.034
Transações com Partes Relacionadas	30	123.083	229.898	123.083	117.080
Outros Créditos	6 e 18	-	-	15.683	15.231
Total do realizável a longo prazo		123.083	229.898	671.992	323.345
INVESTIMENTOS					
IMOBILIZADO	10	5	6	11.195	9.115
INTANGÍVEL	11	-	-	1.090	1.032
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		856.695	617.126	817.285	439.088
TOTAL DO ATIVO		856.696	618.834	992.377	644.464

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor-Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO CIRCULANTE	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Fornecedores	14	2	22	1.360	1.717
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	-	6	799	1.087
Tributos e Contribuições Sociais	15	58	43	5.345	2.177
Obrigações Estimadas	16	154	47	4.545	2.277
Empréstimos e Financiamentos	13	-	-	4.336	3.341
Encargos Setoriais	17	-	-	2.967	3.086
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	9.1 e 9.1.a	370.315	466.100	370.315	466.100
Outros Credores	19	536	1.723	1.009	2.345
Total do Passivo Circulante		371.065	467.941	390.676	482.130
NÃO CIRCULANTE					
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	12	1.422.416	1.422.416	1.422.416	1.422.416
Empréstimos e Financiamentos	13	-	2.073.892	4.848	2.081.924
Encargos Setoriais	17	-	-	2.201	1.887
Provisões para Contingências	18.a	-	-	1.884	1.481
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	18.b	485	485	485	485
Outros Credores	19	-	-	107.137	41
Transações com Partes Relacionadas	30	2.157.785	-	2.157.785	-
Total do Passivo não Circulante		3.580.686	3.496.793	3.696.756	3.508.234
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital realizado	20	973.764	973.764	973.764	973.764
Prejuízos acumulados	20	(4.057.267)	(4.308.112)	(4.057.267)	(4.308.112)
Outros Resultados Abrangentes	20	(11.552)	(11.552)	(11.552)	(11.552)
Total do Patrimônio Líquido		(3.095.055)	(3.345.900)	(3.095.055)	(3.345.900)
TOTAL DO PASSIVO		856.696	618.834	992.377	644.464

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Crineu Dias.

Membros: Simão Crineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Peterson Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIAJosé Fernando Navarrete Pena
Diretor-Presidente
CPF: 303.118.701-63Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 30 DE SETEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
		01/01/2016 - 30/09/2016	01/01/2015 - 30/09/2015	01/07/2016 - 30/09/2016	01/07/2015 - 30/09/2015	01/01/2016 - 30/09/2016	01/01/2015 - 30/09/2015	01/07/2016 - 30/09/2016	01/07/2015 - 30/09/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	-	-	-	-	395.672	42.996	54.316	12.986
CUSTO OPERACIONAL	22	-	-	-	-	(52.871)	(27.798)	(13.326)	(8.630)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	-	-	342.801	15.198	40.990	4.356
DESPESAS OPERACIONAIS	22	(1.928)	(1.514)	(598)	(480)	(20.083)	(15.289)	(6.999)	(5.919)
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL		(1.928)	(1.514)	(598)	(480)	322.718	(91)	33.991	(1.563)
OUTRAS RECEITAS	21.3.2	1.290	1.290	430	430	1.616	1.393	661	533
OUTRAS DESPESAS	22	-	(432.314)	-	(252.566)	-	(432.314)	-	(252.566)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E IMPOSTOS		(638)	(432.538)	(168)	(252.616)	324.334	(431.012)	34.652	(253.596)
RECEITAS FINANCEIRAS	26	6.026	5.892	2.053	1.959	16.087	28.159	4.846	10.323
DESPESAS FINANCEIRAS	26	(83.895)	(106.800)	(13.336)	(34.269)	(85.536)	(108.181)	(14.091)	(34.700)
RESULTADO FINANCEIRO	26	(77.869)	(101.108)	(11.283)	(32.310)	(69.449)	(80.022)	(9.245)	(24.377)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL/GANHOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS		329.392	20.490	3.700	6.858	105.306	250	(25.255)	(27)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		250.845	(513.156)	(7.751)	(278.068)	360.191	(610.784)	152	(278.000)
PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA	27	-	-	-	-	(109.346)	(2.372)	(7.903)	(68)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		-	-	-	-	(2.394)	(5.325)	(1.594)	(4.712)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		-	-	-	-	(106.952)	2.953	(6.309)	4.644
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		250.845	(513.156)	(7.751)	(278.068)	250.845	(613.156)	(7.751)	(278.068)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		250.845	(513.156)	(7.751)	(278.068)	250.845	(613.156)	(7.751)	(278.068)
RESULTADO POR AÇÃO	28								
Resultado por ação ordinária - básico		7.654	(15.657)	(0.236)	(8.484)	7.654	(15.657)	(0.236)	(8.484)
Resultado por ação ordinária - diluído		7.654	(15.657)	(0.236)	(8.484)	7.654	(15.657)	(0.236)	(8.484)
OPERAÇÕES CONTINUADAS									
Resultado por ação ordinária - básico		7.654	(15.657)	(0.236)	(8.484)	7.654	(15.657)	(0.236)	(8.484)
Resultado por ação ordinária - diluído		7.654	(15.657)	(0.236)	(8.484)	7.654	(15.657)	(0.236)	(8.484)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Crineu Dias.

Membros: Simão Crineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Peterson Goms Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS TRIMESTRES FINDOS EM
30 DE SETEMBRO DE 2016 E 30 DE SETEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/01/2016 - 30/09/2016	01/01/2015 - 30/09/2015	01/07/2016 - 30/09/2016	01/07/2015 - 30/09/2015	01/01/2016 - 30/09/2016	01/01/2015 - 30/09/2015	01/07/2016 - 30/09/2016	01/07/2015 - 30/09/2015
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	250.845	(513.156)	(7.751)	(278.068)	250.845	(513.156)	(7.751)	(278.068)
Resultado Abrangente do Período	250.845	(513.156)	(7.751)	(278.068)	250.845	(513.156)	(7.751)	(278.068)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
 Diretor-Presidente
 CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
 Diretor Vice-Presidente e de Relações com
 Investidores
 CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
 Diretor de Gestão Corporativa
 CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
 Contador-CRC-GO 13.496/O-8
 CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 30 DE SETEMBRO DE 2015 - INDIVIDUAL

(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2014	973.764	(3.691.605)	(9.431)	(2.727.272)
Prejuízo Líquido do Período	-	(513.156)	-	(513.156)
Saldos em 30 de setembro de 2015	973.764	(4.204.761)	(9.431)	(3.240.428)
<hr/>				
	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Apresentados Anteriormente	973.764	(4.309.769)	(11.552)	(3.347.557)
Ajuste do Exercício Anterior - Notas 2.2, 9 e 20	-	1.657	-	1.657
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Ajustados	973.764	(4.308.112)	(11.552)	(3.345.900)
Lucro Líquido do Período	-	250.845	-	250.845
Saldos em 30 de setembro de 2016	973.764	(4.057.267)	(11.552)	(3.095.055)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor-Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 30 DE SETEMBRO DE 2015 - CONSOLIDADA

(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2014	973.764	(3.691.605)	(9.431)	(2.727.272)
Prejuízo Líquido do Período	-	(513.156)	-	(513.156)
Saldos em 30 de setembro de 2015	973.764	(4.204.761)	(9.431)	(3.240.428)
<hr/>				
	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Apresentados Anteriormente	973.764	(4.309.769)	(11.552)	(3.347.557)
Ajuste do Exercício Anterior - Notas 2.2, 9 e 20	-	1.657	-	1.657
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Ajustados	973.764	(4.308.112)	(11.552)	(3.345.900)
Lucro Líquido do Período	-	250.845	-	250.845
Saldos em 30 de setembro de 2016	973.764	(4.057.267)	(11.552)	(3.095.055)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Crineu Dias.

Membros: Simão Crineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Erió Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor-Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
DOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 30 DE SETEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos:				
Recebimentos de Clientes	-	-	51.992	38.488
Outros Recebimentos	-	8	-	8
Pagamentos:				
- Fornecedores	(505)	(442)	(7.850)	(11.886)
- Salários e Encargos	(1.194)	(914)	(19.988)	(21.556)
- Outras Desp Operacionais e Administrativas	(4)	(8)	(1.569)	(1.166)
- Tributos	(10)	(10)	(25.112)	(11.462)
Resultado Financeiro	24	96	6.346	20.264
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL LÍQUIDO	(1.689)	(1.270)	3.819	12.690
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
- Caixa Usado no Imobilizado, Investimentos, Ativo Financeiro e Intangível	-	-	(68.489)	(23.345)
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital em Controlada	-	(7.900)	-	-
- Integralização de Capital em Controlada	-	(48.600)	-	-
- Recebimento de Dividendos	-	-	538	461
- Recebimento de Alienação de Participação Societária	-	59.454	-	59.454
- Recebimento de Indenização do Ativo Financeiro de Transmissão	-	-	-	18.842
- Outros	-	-	(282)	(508)
FLUXO DE CAIXA - INVESTIMENTOS LÍQUIDOS	-	2.954	(68.233)	54.904
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	-	470	-	470
- Pagamentos de Serviço da Dívida	-	-	(2.534)	(2.421)
- Recebimento de Empréstimos Concedidos - Coligada	-	-	49.110	-
FLUXO DE CAIXA - FINANCIAMENTOS LÍQUIDOS	-	470	46.576	(1.951)
CAIXA LÍQUIDO DO PERÍODO	(1.689)	2.154	(17.838)	65.643
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	1.690	100	72.943	85.085
Saldo final de Caixa e Equivalentes	1	2.254	55.105	150.728
	(1.689)	2.154	(17.838)	65.643

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Peterson Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Erió Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor-Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP					
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO					
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 30 DE SETEMBRO DE 2015					
(Valores expressos em milhares de reais)					
	REF.	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1				
Receita Operacional		-	-	46.873	39.956
Receita de Construção de Ativos Próprios		-	-	26.330	10.880
Provisões/Reversões - Créditos Liquidação Duvidosa		-	-	(23)	(15)
Outros Resultados		1.290	(431.024)	343.652	(430.921)
		<u>1.290</u>	<u>(431.024)</u>	<u>416.832</u>	<u>(380.100)</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	2				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		333	337	32.699	16.574
Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos		-	-	5.986	-
Outros Custos Operacionais		139	81	3.198	1.314
		<u>472</u>	<u>418</u>	<u>41.883</u>	<u>17.888</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	3	<u>818</u>	<u>(431.442)</u>	<u>374.949</u>	<u>(397.988)</u>
QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO	4				
Depreciação, amortização e exaustão		1	2	860	2.559
		<u>1</u>	<u>2</u>	<u>860</u>	<u>2.559</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3 - 4)	5	<u>817</u>	<u>(431.444)</u>	<u>374.089</u>	<u>(400.547)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6				
Receitas Financeiras		6.026	5.692	16.615	28.699
Receitas de Aluguéis e Dividendos		-	-	150	25
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIALGANHOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		329.352	20.490	105.306	250
		<u>335.378</u>	<u>26.182</u>	<u>122.071</u>	<u>28.974</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	7	<u>336.195</u>	<u>(405.262)</u>	<u>496.160</u>	<u>(371.573)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
PESSOAL	8	<u>1.364</u>	<u>1.009</u>	<u>25.245</u>	<u>18.699</u>
GOVERNO	9	<u>91</u>	<u>85</u>	<u>134.534</u>	<u>14.703</u>
FINANCIADORES	10	<u>83.895</u>	<u>106.800</u>	<u>85.536</u>	<u>108.181</u>
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	11	<u>250.845</u>	<u>(513.156)</u>	<u>250.845</u>	<u>(513.156)</u>
TOTAL (8 + 9 + 10 + 11 = 7)	12	<u>336.195</u>	<u>(405.262)</u>	<u>496.160</u>	<u>(371.573)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor-Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO
TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E EXERCÍCIO
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em Milhares de Reais)**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**1.1 – CONTEXTO OPERACIONAL DA CELGP**

A Companhia Celg de Participações - CELGP detém participações societárias nas seguintes sociedades:

<u>CONTROLADA</u>	<u>% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA</u>
<u>CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT</u>	<u>100 %</u>
<u>COLIGADA</u>	<u>% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA</u>
<u>CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D</u>	<u>49 %</u>

1.2 - CONTEXTO OPERACIONAL DA COLIGADA CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D

As ações de emissão da Celg D, na proporção de 51% (cinquenta e um por cento) dessas, nos termos do Inciso I e Parágrafo único, do art. 253, da Lei nº 6.404/76, foram alienadas pela Celgpar, segundo condições divulgadas ao Mercado, por intermédio dos Avisos aos Acionistas, de 23 de setembro, 21 de outubro, e 6 e 18 de novembro de 2014.

Assim sendo, verifica-se que do total das ações de emissão da Celg D, representadas por 150.711.576 (Cento e cinquenta milhões, setecentas e onze mil, e quinhentas e setenta e seis) ações ordinárias, parcela equivalente a 51% (cinquenta e um por cento) foi objeto de alienação pela Celgpar.

A alienação destas ações da Celg D ocorreu no prazo do exercício do Direito de Preferência, período entre 23 de setembro e 30 de outubro de 2014, e, também, no prazo de aquisição de sobras de ações: primeiro rateio, entre 6 e 12 de novembro de 2014; e segundo rateio de sobras, entre 18 e 24 de novembro de 2014.

Desta forma, e após esta alienação, a Celgpar permaneceu com uma participação de 49% (quarenta e nove por cento) do total das ações de emissão da Celg D, mediante a propriedade de 73.848.672 (setenta e três milhões, oitocentas e quarenta e oito mil e seiscentas e setenta e duas) ações ordinárias. Nos termos da NBC TG 18 – R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento

Notas Explicativas

Controlado em Conjunto), especificamente nos itens 3, 5, e 6, a participação acionária da Celgpar na Celg D, após este processo de alienação, configura-se como uma participação acionária em Sociedade Coligada. A liquidação financeira de toda esta operação de troca de controle acionário ocorreu no dia 27 de janeiro de 2015.

Com relação ao percentual de alienação de 51% (cinquenta e um por cento) das ações da Celg D, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquiriu 76.761.267 (setenta e seis milhões, setecentas e sessenta e uma mil, e duzentas e sessenta e sete) ações ordinárias, correspondente a 50,93% (cinquenta inteiros, e noventa e três centésimos por cento) do capital social da Celg D, passando à situação de Controladora em proporção acionária e, por sua vez, mantendo a sua condição anterior de preponderância e controle sobre as deliberações sociais da Celg D – vinculado ao acordo de acionistas e acordo de gestão entre o Governo de Goiás, a Eletrobras e a Celgpar.

Por sua vez, a Bovespa, na condição de proprietária fiduciária, adquiriu 100.833 (cem mil e oitocentas e trinta e três) ações ordinárias de emissão da Celg D, equivalente a 0,07% (sete centésimos por cento) no cômputo total das ações, em nome de 16 (dezesesseis) investidores.

A Coligada CELG Distribuição S.A. - Celg D, sociedade de capital fechado, é concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Seus principais objetivos sociais são as atividades de execução dos empreendimentos constantes do Plano de Eletrificação do Estado de Goiás e a realização de estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão e subestações inferiores a 230 KV, e redes de distribuição de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades.

A Coligada detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 237 municípios, 391 distritos e povoados no Estado de Goiás, com 2.826.562 consumidores, abrangendo uma área de concessão de 336.871 km², regulada pelo Contrato de Concessão nº. 63, de 25 de agosto de 2000, celebrado entre a ANEEL, a Coligada e o acionista majoritário, o qual permaneceu com seu termo de vigência até 7 de julho de 2015, tendo a sua prorrogação sido consignada por meio do Quinto Termo Aditivo, assinado em 29 de dezembro de 2015 (Ver Nota Explicativa nº. 32-b – Outras Informações), conforme previsto na Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

A ANEEL editou em 8 de setembro de 2015 a Resolução Homologatória nº. 1.947, a qual publicou o resultado do reajuste anual das tarifas da Coligada, informando que as tarifas de fornecimento de energia elétrica ficam reajustadas em média 6,89% (seis inteiros e oitenta e nove centésimos por cento), a partir de 12 de setembro de 2015. O Despacho Autorizativo nº. 2.153, de 29 de junho de 2012, da Superintendência de Regulação Econômica da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, explicita que a Coligada Celg D encontra-se adimplente com suas obrigações intrassetoriais desde o dia 29 de junho de 2012, tendo sido autorizado a aplicação deste reajuste tarifário.

Notas Explicativas

1.3 - CONTEXTO OPERACIONAL DA CONTROLADA CELG GT

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGP, constituída em 15 de dezembro de 2005, com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás – CELG, determinado pelo Governo Federal conforme a Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004.

A Controlada CELG GT detém junto à ANEEL as seguintes concessões:

Geração	Localidade	Estado	Contrato	Data da concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Capacidade utilizada (MW)
Hidrelétricas:							
São Domingos ¹	Rio São Domingos	GO	62/2000	22/05/1981	24/05/2011	12,000	12,000
Mambai ²	Rio Corrente	GO	62/2000	17/01/1973	07/07/2015	0,350	0,350
Mosquito ³	Rio Mosquito	GO	62/2000	25/08/2000	07/07/2015	0,360	0,360
Rochedo ⁴	Rio Meia Ponte	GO	02/2016	05/01/2016	05/01/2046	4,000	4,000
						16,710	16,710

¹ Apesar da concessão estar vencida, a Controlada CELG GT continua operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 352, de 10 de outubro de 2013, do Ministério de Minas e Energia - MME. Em 14 de março de 2008 foi solicitada a renovação da concessão pela administração da Controlada CELG GT, estando esta renovação em discussão administrativa junto ao MME, bem como na esfera judicial. O Ministério de Minas e Energia – MME, por intermédio da Portaria nº 218, de 15 de maio de 2015, também determinou a promoção do leilão desta concessão, sendo que a CELG GT conseguiu, por via judicial, retirá-la do certame. O Anexo I da Portaria nº 218 foi alterado pela Portaria nº 300, de 24 de junho de 2015, retirando a Usina de São Domingos da licitação (Ver Nota 31.c).

² A CGH Mambai foi extinta em função do seu alagamento para construção da PCH Mambai II. Em função disso, é disponibilizado energia pelo período integral de concessão obtido pela exploração da citada Pequena Central Hidrelétrica Mambai II e de suas eventuais prorrogações, no montante mensal de 203,792 MWh, como contraprestação ao bloco de energia que a CGH Mambai I deixou de produzir mensalmente a partir de sua efetiva paralisação. A forma de pagamento se dá através da entrega dos montantes descritos acima na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

³ A CGH Mosquito está paralisada e o sítio encontra-se em estudo, para implantação do aproveitamento ótimo, em fase de licenciamento ambiental. As Centrais de Geração Hidrelétrica estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser comunicado ao órgão regulador o seu funcionamento para fins de registro.

⁴ A concessão da Usina Rochedo venceu em 07/07/2015. Contudo, a Controlada CELG GT continuou operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 254, de 11 de junho de 2015, do Ministério de Minas e Energia - MME, até a data de 04/01/2016. A partir de 05/01/2016 começou a vigorar o Contrato de concessão nº 02/2016 para prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

Transmissão	Localidade	Contrato de concessão	Data da concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MVA/MVAr) Subestações	Extensão (km) Linhas de transmissão
Subestações e linhas:						
Rede básica ¹	Goiás	63/2001	07/07/1995	05/12/2042	2.154	725
Rede básica ²	Goiás / Minas Gerais	03/2015	06/03/2015	06/03/2045	-	11
Rede básica ³	Goiás	04/2016	20/01/2016	20/01/2046	300	-
					2.454	736

¹ Concessão composta por 12 subestações de transmissão de 230 kV e 14 linhas de transmissão na tensão de 230 kV.

² Concessão composta pela LT 230 kV Itumbiara - Paranaíba - C2. Em fase pré-operacional.

³ Concessão composta pela SE 500 kV Luziânia - Compensador Estático 500 kV - (-150/+300) Mvar. Em fase pré-operacional.

Em atendimento ao item 6 da ITG 17 – Contratos de Concessão: Evidenciação, as divulgações significativas dos contratos de concessão de Geração e Transmissão de Energia Elétrica encontram-se relacionadas na Nota Explicativa 32-c – Outras Informações, incluindo os efeitos advindos do Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, que regulamentou a MP nº. 579/2012.

Evidencia-se abaixo a apresentação das informações previstas no subitem c, do item 6 da ITG 17:

CONTRATO	ATIVIDADE	DIREITOS DE USO	OPÇÃO DE RENOVAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/SOCIETÁRIA
62/2000	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	1) Não exercido para as Usinas de Rochedo, Mosquito e Mambaí; 2) Exercido para a Usina de São Domingos. Em discussão administrativa e judicial	Classificado como Ativo Imobilizado, cuja remuneração é estipulada pelas respectivas Receitas Anuais Permitidas – RAP desta atividade.
02/2016 (a)	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
63/2001	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Exercido conforme assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
03/2015	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
04/2016	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.

(a) A Controlada Celg GT efetuou a reclassificação deste contrato de concessão do Ativo Imobilizado para o Ativo Financeiro no 2º trimestre de 2016, visto o mesmo encontrar-se dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1).

Notas Explicativas

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- I. As Informações Trimestrais da Controladora, de sua Controlada e Coligada são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: Legislação Societária (Leis nº. 6.404/76, nº. 10.303/2001, nº. 11.638/2007 e nº. 11.941/2009); disposições complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; pronunciamentos emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*; Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – NBC TG com respectivas interpretações e orientações técnicas, e normas específicas aplicáveis aos concessionários de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em função da participação acionária da holding nessas concessionárias.
- II. A Celgpar adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM, CPC e CFC que estavam em vigor em 30 de setembro de 2016. As políticas contábeis detalhadas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Informações Trimestrais.
- III. As principais práticas contábeis utilizadas pela Controladora, sua Controlada e Coligada são as seguintes:

- a. Procedimentos de Consolidação

A consolidação das Informações Trimestrais da Companhia Celg de Participações - CELGPARG e sua controlada Celg GT foi efetuada de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei nº. 6.404/76 e Instrução CVM 247/96 com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM 269/97, 285/98, 464/08 e 469/08, bem como dos dispositivos determinados pela NBC TG 36 – R3 (Demonstrações Consolidadas).

As Informações Trimestrais consolidadas foram elaboradas a partir das Informações Trimestrais individuais da Celg GT, as quais foram ajustadas conforme a seguir descrito. Na elaboração das Informações Trimestrais consolidadas, foram observadas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e demais legislações pertinentes, inclusive a fiscal. O sumário dessas principais práticas contábeis, aplicáveis de forma uniforme à empresa incluída no processo de consolidação, está apresentado a seguir:

- a.1. Os valores a receber junto a empresa coligada e sócios estão devidamente suportados por contratos. Nas Informações Trimestrais consolidadas, os saldos com a empresa inserida no processo de consolidação foram eliminados.
- a.2. Os investimentos na controlada e coligada são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas Informações

Notas Explicativas

Trimestrais consolidadas os saldos dos investimentos na controlada Celg GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada. O saldo do valor patrimonial do investimento na coligada Celg D foi ajustado pela equivalência patrimonial nas Informações Trimestrais consolidadas à razão percentual de 49% (quarenta e nove por cento), incluindo os respectivos ajustes, quando cabíveis, na provisão para desvalorização do investimento nessa participação societária.

- a.3. As Informações Trimestrais consolidadas incluem as Informações Trimestrais individuais da controlada Celg GT. As informações individuais da controlada Celg GT foram incorporadas ao processo de consolidação da Celgpar na data base de 30 de setembro de 2016, sendo que esta controlada obedeceu a posição adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que concerne à não adoção da consolidação proporcional do Investimento Controlado em Conjunto na Energética Corumbá III - ECIII, na Pantanal Transmissão S.A. e na Lago Azul Transmissão S.A., nos moldes da NBC TG 19 – R2 (Negócios em Conjunto).

b. Caixa e equivalentes de Caixa

A Controladora, sua Controlada e sua Coligada consideram como disponibilidades o saldo de caixa, depósitos em bancos e aplicações de curto prazo. As aplicações financeiras das mesmas estão demonstradas ao custo acrescido da remuneração contratada, reconhecida até a data das Informações Trimestrais.

c. Consumidores, concessionárias e permissionárias

Esses saldos incluem os valores faturados aos consumidores finais e concessionários revendedores, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do trimestre.

As contas a receber também incluem os valores faturados aos consumidores e concessionários do Serviço Público de Energia Elétrica e usuários da Rede Básica pertencente ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e ainda, operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do trimestre findo em 30 de setembro de 2016.

d. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada e Coligada. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na nota 4.b e 4.c.

Notas Explicativas

e. Estoques

Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e os destinados à construção, alocados no imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa seu valor de mercado.

f. Baixa Renda

Inclui os valores decorrentes de novos critérios de classificação de unidades consumidoras de subclasse residencial de baixa renda, estabelecidos pela Lei nº. 10.438/2002, alterada pela Lei nº. 12.212/2010.

g. Ativo Financeiro – Bens da Concessão de Transmissão

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por se tratar de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da ITG 01 – Contratos de Concessão e da CTG 05 – Contratos de Concessão. Estão incluídos nesta rubrica o montante ainda não indenizado dos ativos de transmissão vinculados ao Contrato de Concessão 63/2001, que entraram em operação até 31 de maio de 2000, aguardando a definição, pelo poder concedente, do respectivo valor indenizável – ver Nota Explicativa 8.

h. Investimentos

As participações societárias permanentes são registradas ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e registradas/avaliadas pela equivalência patrimonial em conformidade com a Instrução CVM nº. 247/1996 e NBC TG 18 – R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto).

Conforme disposto na NBC TG 43 (Adoção inicial das NBC Ts Convergadas em 2009), as Informações Trimestrais individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial estão de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente, sendo o método da equivalência patrimonial o critério adotado pela Controladora.

Por tudo isto, a controladora apresentará suas Informações Trimestrais individuais e consolidadas, por se tratar de exceção de caráter obrigatório/legal descrita na NBC TG 43 (Adoção inicial das NBC Ts Convergadas em 2009), não sendo feita a apresentação das Informações Trimestrais separadas.

i. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens utilizados pela Administração no desenvolvimento da gestão da Celgpar, controlada e coligada, os quais são classificados pela Aneel como bens não elegíveis. Os mesmos foram registrados

Notas Explicativas

pelo correspondente Valor Novo de Reposição-VNR e são remunerados via empresa de referência, por meio de cálculos dos reajustes e revisões tarifárias.

Além destes bens não elegíveis, enquadram-se nesta rubrica os Bens vinculados à Concessão de Geração de Energia Elétrica, cujo direito de uso e exploração é remunerado pela Receita Anual Permitida – RAP estipulada pelo poder concedente.

j. Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelas concessionárias para ser utilizada como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, fundamentado no direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados, em consonância com as disposições da NBC TG 04 – R3 (Ativo Intangível), ITG 01 e CTG 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por impairment, quando aplicável.

k. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Informações Trimestrais, de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças intertemporais são reconhecidos e fundamentados em garantias de sua realização em decorrência de obrigações fiscais diferidas de mesma natureza, lançados no resultado do trimestre.

l. Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das Informações Trimestrais, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar, Controlada e Coligada. Neste sentido e por conta das orientações da NBC TG 25 – R1 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), as empresas registraram provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

m. Provisão para Férias

Notas Explicativas

A provisão para férias é calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 30 setembro de 2016 e inclui os correspondentes encargos sociais. Essas provisões estão contabilizadas no grupo de obrigações estimadas.

n. Benefícios a Empregados

A Companhia, sua Controlada e Coligada são patrocinadoras da Fundação Celg de Seguros e Previdência - ELETRA. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência, observando-se os preceitos da NBC TG 33 – R2 (Benefícios a Empregados). Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais para determinação do valor presente das obrigações, conforme determina a Deliberação CVM nº. 695/2012.

o. Apuração de Resultado

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Celgpar, Controlada e Coligada, podendo ser confiavelmente mensurada, de acordo com a NBC TG 17 (Contratos de Construção) e NBC TG 30 (Receitas), mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receitas de construção e ou outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas empresas.

Conforme critérios estabelecidos pela ITG 01 (Contratos de Concessão), a cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo financeiro em curso (Rede Básica de Transmissão) ou ativo imobilizado em curso (Geração) ocorre o reconhecimento da receita de construção, na proporção dos serviços executados até a data do encerramento das Informações Trimestrais, com apuração de margem de lucro nula, para a Controlada Celg GT.

p. Estimativas

A preparação das Informações Trimestrais requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, assim como as divulgações de passivos contingentes. Apesar disto, possíveis imprecisões peculiares ao processo de sua determinação podem resultar em valores divergentes dos registrados nas Informações quando da liquidação das respectivas transações.

A Celgpar, controlada e coligada revisam suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou perspectivas diferentes exigem o procedimento.

As principais estimativas relacionadas às Informações Trimestrais referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Notas Explicativas

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Avaliação de ativos financeiros a valor justo;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Prazos para pagamento e recuperação de créditos tributários relativos a imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Provisão para contingências relativas às ações judiciais.

q. PIS e COFINS

Na Coligada Celg D e na Controlada Celg GT o PIS e a COFINS são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução da receita pelo regime de competência e, segundo a legislação em vigor, pelo regime não cumulativo, sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente.

Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre os custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas Informações Trimestrais, conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº. 1, de setembro de 2004.

Os valores de PIS e COFINS, apurados pelo resultado da venda de energia elétrica e deduções da receita, são repassados integralmente aos consumidores nas faturas de energia e consideram a neutralidade fiscal com as respectivas alterações contábeis ocorridas com a edição dos CPC e em convergência às IFRS.

r. Imposto de Renda e Contribuição Social

São provisionados ou constituídos Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais, Base Negativa de Contribuição Social e diferenças intertemporais, limitados às obrigações de mesma natureza, sendo seus efeitos lançados no resultado do trimestre.

s. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Celgpar, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Informações Trimestrais individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos

Notas Explicativas

de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

t. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas Informações Trimestrais da Companhia, de sua controlada e de sua coligada são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. Informações Trimestrais são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, de sua controlada e de sua coligada.

2.1 Reapresentação da Posição Consolidada em 31.12.2015

Em função de ajuste do exercício anterior encerrado em 31.12.2015, promovido pela Controlada Celg GT, no valor de R\$ 1.657 mil, vinculado especificamente ao reflexo de equivalência patrimonial de investidas desta Controlada, apresentamos abaixo a influência deste ajuste no saldo patrimonial encerrado em 31.12.2015, tanto na posição individual, quanto na posição consolidada da Celgpar:

Além disto, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um novo documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais, resultando em alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

Para efeito de comparabilidade das Informações Trimestrais de 30.09.2016, no que concerne às posições patrimoniais, com a posição encerrada em 31.12.2015, a Controlada Celg GT efetuou reclassificações vinculadas à adequação ao plano de contas do setor elétrico. Estas reclassificações, por sua vez, influenciaram nas Demonstrações Financeiras de 31.12.2015, anteriormente apresentadas pela Celgpar:

Notas Explicativas

	NE	CONTROLADORA		CONTROLADORA	
		31/12/2015	AJUSTES	31/12/2015	REAPRESENTADO
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes a Caixa	3	1.690	-	1.690	
Outros créditos	6	18	-	18	
Total do ativo circulante		1.708	-	1.708	
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Transações com Partes Relacionadas	30	229.898	-	229.898	
Total do realizável a longo prazo		229.898	-	229.898	
INVESTIMENTOS					
IMOBILIZADO	10	6	-	6	
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		615.469	1.657	617.126	
TOTAL DO ATIVO		617.177	1.657	618.834	
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	14	22	-	22	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	6	-	6	
Tributos e Contribuições Sociais	15	43	-	43	
Obrigações Estimadas	16	47	-	47	
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	9.1 e 9.1.a	466.100	-	466.100	
Outros Credores	19	1.723	-	1.723	
Total do Passivo Circulante		467.941	-	467.941	
NÃO CIRCULANTE					
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	12	1.422.416	-	1.422.416	
Empréstimos e Financiamentos	13	2.073.892	-	2.073.892	
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	18.b	485	-	485	
Total do Passivo não Circulante		3.496.793	-	3.496.793	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital realizado	20	973.764	-	973.764	
Prejuízos acumulados	20	(4.309.769)	1.657	(4.308.112)	
Outros Resultados Abrangentes	20	(11.552)	-	(11.552)	
Total do Patrimônio Líquido		(3.347.557)	1.657	(3.345.900)	
TOTAL DO PASSIVO		617.177	1.657	618.834	

Notas Explicativas

NE	CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	AJUSTES	31/12/2015	REAPRESENTADO
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes a Caixa	3	72.943	-	72.943
Consumidores	4	7.267	-	7.267
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	(193)	-	(193)
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	61.771	-	61.771
Devedores diversos	5	61.186	-	61.186
Outros créditos	6	18	-	18
Estoques	7	2.212	-	2.212
Despesas antecipadas	-	172	-	172
Total do ativo circulante		205.376	-	205.376
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	169.405	21.629	191.034
Transações com Partes Relacionadas	29	117.080	-	117.080
Outros Créditos	6 e 18	15.451	(220)	15.231
Total do realizável a longo prazo		301.936	21.409	323.345
INVESTIMENTOS				
IMOBILIZADO	9	103.939	1.657	105.596
INTANGÍVEL	10	30.744	(21.629)	9.115
	11	1.032	-	1.032
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		437.651	1.437	439.088
TOTAL DO ATIVO		643.027	1.437	644.464
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	14	1.717	-	1.717
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	1.087	-	1.087
Tributos e Contribuições Sociais	15	2.177	-	2.177
Obrigações Estimadas	16	2.277	-	2.277
Empréstimos e Financiamentos	13	3.341	-	3.341
Encargos Setoriais	17	4.973	(1.887)	3.086
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	9.1 e 9.1.a	466.100	-	466.100
Outros Credores	19	2.345	-	2.345
Total do Passivo Circulante		484.017	(1.887)	482.130
NÃO CIRCULANTE				
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	12	1.422.416	-	1.422.416
Empréstimos e Financiamentos	13	2.081.924	-	2.081.924
Provisões para Contingências	18.a	1.481	-	1.481
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	18.b	485	-	485
Encargos Setoriais	17	-	1.887	1.887
Outros Credores	19	261	(220)	41
Total do Passivo não Circulante		3.506.567	1.667	3.508.234
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital realizado	20	973.764	-	973.764
Prejuízos acumulados	20	(4.309.769)	1.657	(4.308.112)
Outros Resultados Abrangentes	20	(11.552)	-	(11.552)
Total do Patrimônio Líquido		(3.347.557)	1.657	(3.345.900)
TOTAL DO PASSIVO		643.027	1.437	644.464

Notas Explicativas

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras correspondem às seguintes aplicações: a) Banco Cooperativo do Brasil S.A. – SICOOBJURISCREDCELG, na modalidade RDC – Longo Pós CDI; b) Caixa Econômica Federal – CAIXA, na modalidade CDB FLEX Empresarial; c) Banco Itaú S.A., em fundos de investimento; d) Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., em CDB; e e) Banco Bradesco S.A., em CDB. Todas as aplicações têm a opção de resgate total ou parcial antecipado, e rendimento flutuante, tendo como índice base o CDI, e liquidez a partir de 30 (trinta) dias.

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Caixa e depósitos bancários a vista	1	2	80	104
Aplicações financeiras de curto prazo	-	1.688	55.025	72.839
TOTAL	1	1.690	55.105	72.943

NOTA 4 – CONSUMIDORES

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO	
	30/09/2016	31/12/2015
		REAPRESENTADO
<u>CIRCULANTE</u>		
Concessionárias		
- Suprimento	911	400
- Encargos de uso da rede elétrica	6.846	6.418
- Energia Elétrica de Curto Prazo	262	449
Total	8.019	7.267
Outras Rendas		
- Outras Rendas	65	-
Total	65	-
TOTAL CIRCULANTE	8.084	7.267

Notas Explicativas

Composição do Contas a Receber:

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	30/09/2016					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 30/09/2016	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID.	SALDO 30/09/2016
Concessionárias						
Suprimento	786	90	35	911	-	911
Encargos Uso Rede Elétrica	6.203	116	527	6.846	-	6.846
Energia Elétrica de Curto Prazo	262	-	-	262	-	262
Outras Rendas	63	2	-	65	-	65
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(217)	(217)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	7.314	208	562	8.084	(217)	7.867
TOTAL DO CIRCULANTE	7.314	208	562	8.084	(217)	7.867

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	31/12/2015 - REAPRESENTADO					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2015	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID.	SALDO 31/12/2015
Concessionárias						
Suprimento	390	-	10	400	-	400
Encargos Uso Rede Elétrica	6.073	79	266	6.418	-	6.418
Energia Elétrica de Curto Prazo	449	-	-	449	-	449
Outras Rendas	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(193)	(193)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	6.912	79	276	7.267	(193)	7.074
TOTAL DO CIRCULANTE	6.912	79	276	7.267	(193)	7.074

- a. Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração as informações divulgadas por ela. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por este órgão, os valores são estimados pela Controlada.
- b. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, consolidada no trimestre findo em 30 de setembro de 2016:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO CIRCULANTE
Saldo em 31 de dezembro de 2015	193
Provisão no período	24
Saldo em 30 de setembro de 2016	217

- c. A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Notas Explicativas

NOTA 8 – ATIVO FINANCEIRO – BENS DA CONCESSÃO DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Os bens utilizados na execução dos serviços de construção, operação e manutenção da concessão de geração (Usina Rochedo) e transmissão de energia elétrica, na controlada Celg GT, estão registrados no ativo financeiro em atendimento à ITG 01 e CTG 05 – Contratos de Concessão. Os valores abaixo refletem a situação destes ativos:

ATIVO FINANCEIRO CONTRATO	LOCALIDADE	CONSOLIDADO					
		30/09/2016			31/12/2015 - REAPRESENTADO		
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Contrato de Concessão nº 063/2001	Transmissão	92.811	479.790	572.601	61.771	167.901	229.672
Portaria MME nº 352/2013	Usina São Domingos	2.487	15.398	17.885	-	14.953	14.953
Contrato de Concessão nº 03/2015	LT 230 KV Itumbiara - Paranaíba	592	4.794	5.386	-	1.504	1.504
Contrato de Concessão nº 02/2016	Usina Rochedo	6.409	16.838	23.247	-	6.676	6.676
Contrato de Concessão nº 04/2016	SE 500 KV Luziânia	-	16.406	16.406	-	-	-
		102.299	533.226	635.525	61.771	191.034	252.805

Abaixo a movimentação do Ativo Financeiro – Bens da Concessão:

ATIVO FINANCEIRO CONTRATO	LOCALIDADE	CONSOLIDADO								
		31/12/2015 REAPRESENTADO	Receita Financeira da Concessão	Serviços de Construção ou Melhoria	Serviços de Operação e Manutenção	Reccebimentos (RAP/RAG) ou Indenização	Laudo RBSE/RPC	Transferências	Outras Adições e Baixas	30/09/2016
Contrato de Concessão nº 063/2001	Transmissão	229.672	22.544	23.968	39.448	(45.094)	314.689	(18.179)	5.553	572.601
Portaria MME nº 352/2013	Usina São Domingos	14.953	2.802	4	1.199	(1.199)	-	453	(327)	17.885
Contrato de Concessão nº 03/2015	LT 230 KV Itumbiara - Paranaíba	1.504	126	1.148	-	-	-	2.698	-	5.386
Contrato de Concessão nº 02/2016	Usina Rochedo	6.676	1.121	1	922	(1.901)	-	768	15.660	23.247
Contrato de Concessão nº 04/2016	SE 500 KV Luziânia	-	847	1.209	-	-	-	14.350	-	16.406
		252.805	27.440	28.330	41.569	(48.194)	314.689	-	20.886	635.525

No contexto da Controlada Celg GT observa-se que no dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 (“MP 579”) que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela Lei nº 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805 que regulamentou a MP 579.

De acordo com a MP 579, as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vencidas ou vincendas nos 60 meses subsequentes à publicação da referida MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação, a critério do Poder Concedente uma única vez pelo prazo de até 30 anos, entretanto, para a atividade de transmissão, a prorrogação dependeria da aceitação expressa, dentre outras, das seguintes e principais condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; ii) valores estabelecidos pela indenização dos ativos; e iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

Através das Resoluções Normativas 589 e 596, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para fins de indenização, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) para os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 ainda não depreciados (RBSE) e os critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783, critérios estes aplicáveis, por sua vez à Controlada Celg GT.

De acordo com a Resolução Normativa 589, de 10 de dezembro de 2013, foi apresentado à ANEEL o laudo de avaliação dos ativos de transmissão de energia

Notas Explicativas

elétrica existentes em 31 de maio de 2000 (“Laudo de Avaliação”), para fins do processo de indenização das instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE (“RBSE”) prevista no Artigo 15, § 2º da Lei 12.783/2013. Em 31 de julho de 2015, a Controlada Celg GT protocolou na ANEEL o Laudo de Avaliação dos Ativos elaborado por empresa independente credenciada pela agência reguladora, relativo aos bens existentes em 31 de maio de 2000, cujo montante pleiteado para efeitos de reconhecimento totalizava R\$ 254.376 mil. Em 07 de junho de 2016, através do Despacho nº 1.505, foi homologado pela ANEEL o montante de R\$ 227.104 mil, relativo às instalações da RBSE.

O valor contábil, até então mantido pelo custo histórico, dos gastos relacionados aos investimentos, ampliações e/ou melhorias nos ativos da RBSE, referente à concessão prorrogada de transmissão perfaziam R\$ 138.498 mil, na data base de 30.09.2016, devidamente escriturados na Controlada Celg GT.

Em 20 de abril de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 120 que regulamentou as condições de recebimento das indenizações relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados RBSE e demais Instalações de Transmissão – RPC (“RPC”), não depreciados e não amortizados, conforme parágrafo segundo do artigo 15 da Lei 12.783/2013.

São abrangidos pela Portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31 de dezembro de 2012, quando a Controlada Celg GT teve antecipado o vencimento do Contrato de Concessão nº 063/2001, nos termos da Lei nº 12.783/2013 (conversão da MP 579/12).

A remuneração desses ativos se dará pela seguinte forma:

- Pelo custo do capital correspondente aos ativos, composto por remuneração e depreciação acrescidos dos devidos tributos a partir do processo tarifário de 2017, sendo que a remuneração será dada através do Custo Médio Ponderado de Capital e a depreciação será paga em função da vida útil de cada ativo incorporado à Base de Remuneração Regulatória;

- O custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário será atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio. A partir do processo tarifário de 2017 o custo de capital será remunerado pelo Custo Médio Ponderado de Capital pelo prazo de oito anos;

- Para as empresas que ainda não tiveram os valores homologados foi considerado como melhor estimativa da Administração o laudo de fiscalização emitido pela ANEEL.

A referida Portaria cita que os valores devidos vão compor a base de remuneração regulatória da Controlada Celg GT, ou seja, serão repassados às tarifas de energia dos consumidores e que isso será iniciado a partir do processo tarifário de 2017. Além de remunerar os ativos, a Portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pela Controlada Celg GT possa ser incluído nos referidos valores.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2016, a Controlada Celg GT efetuou sua estimativa dos valores atualizados até essa data, conforme Nota Técnica nº 336/2016-SGT/ANEEL, reconhecendo contabilmente o devido ajuste nos Ativos Financeiros da Concessão de Transmissão, conforme quadro abaixo:

Transmissão	30/09/2016
Saldo histórico dos ativos RBSE/RPC	138.498
Diferença entre o VNR e o saldo histórico	88.606
Valor homologado pela ANEEL	227.104
Atualização - IPCA e remuneração	226.083
Valor total do ativo financeiro atualizado	453.187
Efeitos no Resultado	30/09/2016
Receita operacional	314.689
Provisão de imposto de renda e contribuição social	- 106.994
Efeito líquido	207.695

NOTA 9 - INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Participação na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	725.705	379.320	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	7.900	7.900	-	-
Participações Societárias Permanentes (c)	2	2	43	31
Energética Corumbá III S/A - ECIII (a)	-	-	63.812	60.050
Energética Fazenda Velha (b)	-	-	4.068	2.840
SPE Pantanal Transmissão S.A. (d)	-	-	29.594	17.351
SPE Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (d)	-	-	18.495	16.516
SPE Lago Azul Transmissão S.A. (e)	-	-	17.135	8.808
Firminópolis Transmissão S.A. (f)	-	-	(139)	-
TOTAL	733.607	387.222	133.008	105.596

- (a) A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT controla de forma conjunta o Consórcio Empreendedor Corumbá III, que tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III na qualidade Produtores Independentes de Energia. A usina encontra-se em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Consórcio:

Acionistas - Energética Corumbá III ECIII	Participação
CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	37,5%
Strata Construtora e Concessionária Integradas S.A.	6,5%
Geração CIII S.A.	15,6%
Energy Power Ltda.	2,9%
CEB - Companhia Energética de Brasília	37,5%
	<u>100,0%</u>

- (b) Valor referente à participação e aportes para futuro aumento de capital, efetuados pela Controlada Celg GT, na Energética Fazenda Velha, situada no município de Jataí – Estado de Goiás. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Empreendimento:

Notas Explicativas

Empreendimento	Acionistas	Participação
Energética Fazenda Velha S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	20,0%
	Construtora Vilela e Carvalho Ltda.	26,7%
	CCN - Construções e Comércio Ltda.	26,7%
	Luana - Administração & Participações Ltda.	26,6%
TOTAL		100,0%

A Energética Fazenda Velha registrou em seu Balancete Patrimonial de 31 de janeiro de 2016, ajustes do exercício anterior encerrado em 31.12.2015, determinados pelos seus Auditores Independentes, no valor negativo de R\$ 162 mil, acarretando a reapresentação retrospectiva do Balanço Patrimonial e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido da Celgpar, em 30 de setembro de 2016.

- (c) Trata-se de integralização de capital, efetuada pela Controladora e pela Controlada Celg GT, referente à participação na Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celg (SICOOB JURISCREDCELG).
- (d) SPE referentes ao Leilão ANEEL nº. 02/2013, correspondendo aos empreendimentos dos Lotes abaixo relacionados, tendo sido constituídas, em agosto de 2013, as seguintes Sociedades de Propósito Específico (SPE): Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (Lote B - 10% de participação) e Pantanal Transmissão S.A. (Lote F - 49% de participação):
- LOTE B: LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia – DF/GO - C1 e C2
SE Brasília Leste 500/138 kV - (6+1)X180MVA
LT 230 kV Brasília Geral - Brasília Sul - C3 (subterrânea)
LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3
 - LOTE F: SE Campo Grande II 230/138 kV, 2x150 MVA - MS

A Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. alterou seu Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2015, após a Controlada Celg GT ter registrado a Equivalência Patrimonial, fundamentada em informações oficiais encaminhadas por esta investida, quando da autorização para a divulgação das Demonstrações Financeiras da Controlada Celg GT. Desta forma, foi reconhecido ajuste do exercício anterior encerrado em 31.12.2015, no valor positivo de R\$ 1.819 mil, acarretando a reapresentação retrospectiva do Balanço Patrimonial e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido da Celgpar, em 30 de setembro de 2016.

Abaixo a distribuição do quadro societário destes dois empreendimentos, com a participação da Controlada Celg GT:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	10,0%
	Fundo de Investimentos em Participações Caixa-Milão	51,0%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	39,0%
TOTAL		100,0%

Empreendimento	Acionistas	Participação
Pantanal Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	49,0%
	CEL Engenharia Ltda.	51,0%
TOTAL		100,0%

- (e) SPE referente ao Leilão ANEEL nº. 07/2013, correspondendo ao empreendimento do Lote abaixo relacionado, tendo sido constituído a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Lago Azul Transmissão S.A.:

Notas Explicativas

- LOTE D: LT 230 kV Barro Alto – Itapaci – GO, C2.

Abaixo a distribuição do quadro societário deste empreendimento, com a participação da Controlada Celg GT:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Lago Azul Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT Furnas Centrais Elétricas S.A.	50,1% 49,9%
TOTAL		100,0%

(f) SPE Firminópolis Transmissão S.A.:

A Controlada Celg GT participou do Leilão ANEEL nº. 05/2015, tendo vencido o Lote L, para a construção de subestações e linhas de transmissão da Rede Básica, referente à LT 230 kV Trindade – Firminópolis. Para a implantação e exploração desse empreendimento foi constituída, em fevereiro de 2016, a SPE Firminópolis Transmissão S.A., sendo a participação da Controlada Celg GT de 49% (quarenta e nove) por cento do capital social.

9.1 Investimentos Diretos em Controlada e Coligada

As principais informações sobre os investimentos em Controlada e Coligada são apresentadas a seguir:

DESCRIÇÃO	INVESTIMENTO DA CELGPAR NA			
	COLIGADA CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. CELG D		CONTROLADA CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. CELG GT	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
				REAPRESENTADO
Capital Social da Controlada/Coligada	3.475.679	3.475.679	378.325	378.325
Quantidade de Ações	150.711	150.711	329.725	329.725
Percentual da Participação Societária	49%	49%	100%	100%
Patrimônio Líquido da Controlada/Coligada - Apresentado Anteriormente	(977.510)	(951.224)	377.650	377.663
Ajuste de Exercício Anterior no Patrimônio Líquido da Controlada (c)	-	-	-	1.657
Patrimônio Líquido da Controlada/Coligada - Após Ajuste	(977.510)	(951.224)	377.650	379.320
Investimento antes da Equivalência Patrimonial	(951.224)	71.938	379.320	312.829
Aumento de Capital na Controlada/Coligada	-	-	112.818	48.600
Resultado da Provisão para Desvalorização da Participação na Coligada Celg D (b)	195.479	(1.019.822)	-	-
Outros Resultados Abrangentes (b)	-	(3.340)	-	-
Resultado da Equivalência Patrimonial na Controlada Celg GT (b)	-	-	233.567	16.234
Valor Patrimonial do Investimento na Controlada Celg GT e Coligada Celg D	-	-	725.705	379.320
Provisão para Desvalorização da Participação na Coligada Celg D (a)	(370.315)	(466.100)	-	-

(a) Ao valor patrimonial do investimento foi deduzida a provisão para Desvalorização das Participações Societárias, apresentada em conta específica do Passivo Circulante, conforme Art.12, parágrafo 1º da Instrução CVM nº. 247, de 27 de março de 1996. O saldo desta conta (evidenciado no quadro abaixo), em 30 de setembro de 2016 totalizou R\$ 370.315 mil, comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2015 que totalizava R\$ 466.100 mil.

(b) A Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D apresentou um lucro líquido acumulado até 30 de setembro de 2016 de R\$ 195.479 mil (Ver Nota 9.2.j), e a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT apresentou um lucro líquido de R\$ 233.567 mil ao final do trimestre encerrado em 30 de setembro de 2016.

(c) A Controlada Celg GT efetuou ajuste do exercício anterior de 2015 em sua posição patrimonial, sendo o efeito positivo no seu patrimônio líquido de R\$ 1.657 mil.

Notas Explicativas

9.1.a - Investimentos em Coligada com Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto):

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Provisão para Desvalorização da Participação na Coligada Celg D	370.315	466.100	370.315	466.100
TOTAL	370.315	466.100	370.315	466.100

9.2 Investimento na Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D

Em função da exclusão da posição patrimonial e de resultado da Coligada Celg D do montante consolidado na posição de 30 de setembro de 2016, e por tratar-se de investimento relevante, evidenciam-se abaixo os principais fatores e assuntos que afetaram o valor patrimonial do investimento efetuado nessa Coligada no trimestre, sendo que estes não estão refletidos rubrica a rubrica nas Informações Trimestrais Consolidadas da Celgpar.

9.2.a – Serviços em Curso

Os serviços prestados a terceiros basicamente são decorrentes dos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, conforme Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000.

9.2.b – Outros Créditos – Créditos de Consumidores de Baixa Renda

Por meio da Lei nº. 10.438/2002, alterada pela Lei nº. 12.212/2010, o Governo Federal ampliou a faixa de consumo da classe de consumidores Baixa Renda e conseqüentemente reduziu a receita das distribuidoras. Visando recompor o equilíbrio econômico-financeiro das mesmas, foi editada a Lei nº. 10.604/2002 normatizando a subvenção de igual valor via Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, bem como a Resolução Homologatória Aneel nº. 1.613, de 5 de setembro de 2013.

9.2.c – Outros Créditos – Estado de Goiás (Fundo de Aporte à Celg Distribuição S.A. – CELG D – FUNAC)

Por meio da Lei nº. 17.555, de 20 de janeiro de 2012, o Estado de Goiás criou o Fundo de Aporte à Celg Distribuição S.A. – Celg D – FUNAC, regulamentado pelo Decreto nº. 7.732, de 28 de setembro de 2012, com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para o adimplemento das obrigações provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais, assumidos nos Termos de Acordos de Acionistas e de Gestão firmados com a Eletrobras, bem como no Temo de Cooperação do respectivo fundo. Observa-se que os recursos do referido fundo dependem de aportes a serem realizados pelo Governo do Estado de Goiás.

Assim sendo, considerando que a Coligada Celg D será ressarcida por meio do FUNAC, à medida que ocorra algum registro de provisão relacionada a demandas judiciais, a Coligada registra, nos termos da NBC TG 25-R1 (Provisões, Passivos e Ativos Contingentes), o mesmo valor no ativo em contrapartida de rubrica própria (Estado de Goiás – FUNAC – Decreto nº. 7.732, de 28.09.2012). Este montante representa a potencial obrigação do FUNAC, tendo em vista o total das ações interpostas contra a Coligada, provisionadas em função de probabilidade de perda provável, e registradas no Passivo Contingente.

Notas Explicativas

9.2.d – Créditos Fiscais

A Coligada Celg Distribuição S.A. - Celg D mantém ativados créditos tributários relativos à base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e diferenças intertemporais. Esses valores são ativados levando-se em consideração a garantia de sua realização, uma vez que existem obrigações fiscais de mesma natureza. O montante ativado destes créditos ao final do trimestre encerrado em 30 de setembro de 2016 totalizou R\$ 81.903 mil.

9.2.e – Contratos com Fornecedores

As principais informações acerca dos contratos com fornecedores da Coligada Celg D encontram-se abaixo discriminadas:

- (a) ELETROBRAS/ITAIPU: Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica firmado entre a Celg D e a Eletrobras/Itaipu, bem como ao Novo Termo de Confissão e Repactuação de dívidas celebradas entre essa subsidiária e a Eletrobras, o qual foi assinado em 17 de junho de 2016. O valor repactuado será corrigido pela taxa SELIC, com prazo de pagamento de 120 meses, sendo 24 meses de carência do principal e 96 meses para amortização;
- (b) CHESF, CESP e ELETRONORTE: Refere-se aos contratos de suprimento de energia elétrica firmados pela Celg D com a CHESF, CESP e ELETRONORTE, e ao Termo de Acordo e parcelamento assinado entre a Coligada e a CESP, cujo montante será atualizado "pro rata die" pela variação da SELIC, acrescido de juros de 1% a.a.

9.2.f – Encargos Setoriais

- (a) CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – CDE: Refere-se às quotas mensais, conforme Resolução Homologatória nº. 1.857, de 27 de fevereiro de 2015 e Resolução Homologatória nº. 2.018, de 2 de fevereiro de 2016;
- (b) PESQUISA & DESENVOLVIMENTO - P&D e PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar anualmente 1% de sua receita operacional líquida, sendo 0,75% em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e 0,25% em programa de eficiência energética;
- (c) PROGRAMA DE INCENTIVO A FONTES ALTERNATIVAS – PROINFA: Refere-se ao encargo pago por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN) que comercializam energia com o consumidor final ou que recolhem tarifa de uso de redes elétricas a consumidores livres, para cobertura dos custos de energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos. O Termo de Confissão e Repactuação de Dívidas celebradas entre a Celg D e a Eletrobras, assinado em 29 de junho de 2012, parcelou o montante em 60 meses, com vencimento dia 30 de cada mês, sendo o saldo devedor atualizado mensalmente com base na variação da taxa SELIC pro rata die. O valor da parcela de amortização é calculado mediante a divisão do saldo devedor pelo número de prestações devidas, sendo este termo aditivado prorrogando o prazo de início da amortização para 30 de setembro de 2015, sendo que em 30 de setembro de 2016 restavam 35 parcelas.

Notas Explicativas

9.2.g – Energia comprada para Revenda

A Energia comprada para Revenda pela Coligada Celg D sofreu a interferência das seguintes variáveis, ocorrendo o respectivo decréscimo do montante adquirido:

- Exposição involuntária que forçou a compra no MCP (Mercado de Curto Prazo), com respectiva elevação do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças);
- No exercício de 2016, devido ao cenário econômico desfavorável no Brasil, e à migração de consumidores para o mercado livre, houve redução da carga de contratação da coligada Celg D. Desta forma ocorreu a alteração da sua posição de subcontratação para a posição de sobrecontratação, fazendo com que a coligada Celg D deixasse de adquirir no mercado de curto prazo da CCEE.

9.2.h – Debêntures / Conversão em FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios)

Em 3 de abril de 2014 a Coligada Celg D efetuou a primeira emissão de Debêntures simples, em série única, com garantia real, não conversíveis em ações, para a distribuição pública com esforços restritos de colocação, no montante total de R\$ 290.000.000,00 (duzentos e noventa milhões de reais), com vencimento em 3 de abril de 2019, e remuneradas pela variação da taxa de 100% do CDI, acrescida de 7,44% a.a. com base em um ano de 252 dias úteis. A continuidade da operação, nos prazos originalmente pactuados, foi condicionada à prorrogação, por mais 30 (trinta) anos, do Contrato de Concessão nº. 63/2000. Como essa condição não havia se confirmado até o dia 15 de junho de 2015, a Coligada Celg D resgatou antecipadamente a totalidade das debêntures em circulação, e, na sequência, efetuou nova operação de crédito no sentido de alongar as condições das suas obrigações perante a mesma instituição financeira, através da emissão de quotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC.

9.2.i – Empréstimos e Financiamentos

A Coligada Celg D possui empréstimos relevantes remunerados pela variação de indexadores macroeconômicos, acrescidos de juros prefixados que variam de 0,3% a 1% ao mês, sendo que os indexadores representam fator de maior risco à Companhia, dado a sua volatilidade. Considerando que a maior parte da dívida está vinculada ao câmbio e ao CDI, esses indicadores são os que oferecem o maior risco ao resultado da Celg D.

9.2.j – Resultado do Trimestre e Efeitos sobre o Patrimônio Líquido

Ao final do trimestre encerrado em 30 de setembro de 2016, o resultado apurado pela Coligada Celg D influenciou no fechamento do seu Patrimônio Líquido Negativo em R\$ 755.744 mil, comparativamente ao Patrimônio Líquido Negativo de R\$ 951.224 mil registrado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

NOTA 10 – IMOBILIZADO

Os bens do Ativo Imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação e amortização acumulada.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, sendo que as principais taxas de depreciação, por macroatividade, estão discriminadas na Resolução nº 674, de 11 de agosto de 2015. O valor recuperável destes ativos, estimado com base no valor em uso calculado pelos fluxos de caixa futuros, superou o seu valor contábil, portanto não houve perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				
	30/09/2016				31/12/2015
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
					REAPRESENTADO
Em serviço:					
Móveis e Utensílios	17	10,00%	(12)	5	6
TOTAL	17		(12)	5	6

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO				
	30/09/2016				31/12/2015
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
					REAPRESENTADO
Em serviço:					
Reservatórios, Barragens e adutoras	3.184	3,60%	(2.180)	1.004	1.108
Terrenos	1	0,00%	-	1	1
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	527	1,17%	(526)	1	3
Máquinas e Equipamentos	954	3,91% e 0,11%	(934)	20	23
Veículos	-	0,00%	-	-	-
Móveis e Utensílios	80	10% e 5,95%	(58)	22	26
Subtotal	4.746		(3.698)	1.048	1.161
Em curso:					
Geração	3.220		-	3.220	2.770
Administração Central	6.927		-	6.927	5.184
Subtotal	10.147		-	10.147	7.954
TOTAL	14.893		(3.698)	11.195	9.115

Movimentação:

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO						
	Depreciação		Saldo em 31/12/2015 REAPRESENTADO	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 30/09/2016	
Saldo em 31/12/2015 REAPRESENTADO	Saldo em 30/09/2016	Saldo em 31/12/2015 REAPRESENTADO							Recuperação de Custos
Imobilizado em Serviço - Geração	-	-	-	1.135	-	-	-	(109)	1.026
Imobilizado em Serviço - Administração Central	6	(1)	5	26	-	-	-	(4)	22
Total em Serviço	6	(1)	5	1.161	-	-	-	(113)	1.048
Imobilizado em Curso - Geração	-	-	-	2.770	450	-	-	-	3.220
Imobilizado em Curso - Administração Central	-	-	-	5.184	1.811	(68)	-	-	6.927
Total em Curso	-	-	-	7.954	2.261	(68)	-	-	10.147
Total do Imobilizado	6	(1)	5	9.115	2.261	(68)	-	(113)	11.195

- a. Vinculação do Imobilizado - de acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução Normativa ANEEL nº 691/2015 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para a aplicação na concessão.
- b. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, Estados, Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração e transmissão, cuja quitação ocorrerá no final da concessão.
- c. Imobilizado em Curso – Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração e transmissão.

Nos termos do item 79 da NBC TG 27 - R3 (Ativo Imobilizado), apresenta-se abaixo as seguintes divulgações:

- 1) Valor contábil do ativo imobilizado que esteja temporariamente ocioso: inexistem ativos imobilizados que estejam temporariamente ociosos;
- 2) Valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em operação: R\$14.547 mil, pertinente aos ativos imobilizados de geração da Controlada Celg GT;
- 3) Valor contábil de ativos imobilizados retirados de uso do ativo e não classificados como mantidos para venda: inexistentes;
- 4) Valor justo do ativo imobilizado, quando este for materialmente diferente do valor contábil apurado pelo método de custo: inexistente.

Notas Explicativas

NOTA 11 – ATIVO INTANGÍVEL

O saldo consolidado em 30 de setembro de 2016 diz respeito aos direitos de servidão de passagem e utilização do bem público, cuja vida útil é indefinida e softwares de vida útil definida, com prazos de amortização de 20% ao ano.

ATIVO INTANGÍVEL	CONSOLIDADO	
	30/09/2016	31/12/2015 REAPRESENTADO
Ativo Intangível em Curso	1.090	1.032
TOTAL	1.090	1.032

Movimentação do Ativo Intangível no período:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	Saldos em 31/12/2015 REAPRESENTADO	Adições	Saldos em 30/09/2016
Intangível em Curso	1.032	58	1.090
Total do Intangível	1.032	58	1.090

NOTA 12 – ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2016	31/12/2015 REAPRESENTADO	30/09/2016	31/12/2015 REAPRESENTADO
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.422.416	1.422.416	1.422.416	1.422.416
TOTAL	1.422.416	1.422.416	1.422.416	1.422.416

Refere-se aos seguintes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo acionista majoritário Estado de Goiás no ano de 2011: 1) R\$ 8.725 mil, para atendimento às despesas administrativas e operacionais, e para o pagamento das obrigações com a controlada Celg GT, decorrentes do contrato de mútuo efetuado para suprir a operação da Celgpar; e 2) R\$ 100.000 mil, objeto do Protocolo de Intenções assinado pelo Estado de Goiás e Eletrobrás, com vistas ao saneamento econômico-financeiro da Coligada CELG D. O saldo anterior de R\$ 3.275 mil também foi adiantado pelo acionista majoritário com vistas à manutenção da operação da Celgpar. No ano de 2012 foi adiantado pelo acionista majoritário o valor de R\$ 1.270.111 mil, objeto da 2ª parcela do empréstimo captado pelo Governo do Estado de Goiás em decorrência do acordo com a Eletrobras e União. Este valor foi posteriormente alocado pela Celgpar na Coligada Celg D, tendo sido promovido o aumento de capital nesta Coligada em vinte e cinco de setembro de 2012, conforme deliberações da 220ª Assembleia Geral Extraordinária, mediante a emissão de 106.642.366 (cento e seis milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, trezentas e sessenta e seis ações ordinárias). Além deste montante, no ano de 2012 foi adiantado o valor de R\$ 2.000 mil para atendimento às despesas administrativas e operacionais da Celgpar. De 31 de dezembro de 2013 até 30 de setembro de 2016 foi efetuado Adiantamento para Futuro Aumento de Capital pelo Estado na Celgpar no montante de R\$ 38.305 mil.

Notas Explicativas

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

São detalhados os valores devidos por instituição financeira, moeda contratada, bem como os indexadores dos empréstimos e financiamentos e a distribuição dos valores devidos no passivo não circulante.

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão a seguir demonstradas:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA						CONSOLIDADO					
	30/09/2016		31/12/2015				30/09/2016		31/12/2015			
	ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS NÃO CIRCULANTE	PRINCIPAL		ENCARGOS NÃO CIRCULANTE	PRINCIPAL	
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
EM MOEDA NACIONAL												
Betrobras (b)	-	-	-	-	-	-	2.911	1.553	-	2.329	-	3.882
Caixa Econômica Federal - CAIXA (c)	-	-	-	173.892	-	1.900.000	-	-	173.892	-	-	1.900.000
Beltra (a)	-	-	-	-	-	-	1.425	3.295	-	1.012	-	4.150
Total em Moeda Nacional	-	-	-	173.892	-	1.900.000	-	4.336	4.848	173.892	3.341	1.908.032

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

- a. ELETRA - refere-se à parcela do saldo devedor junto à ELETRA dos empregados da Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, sendo o saldo atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.
- b. Refere-se ao Contrato ECF-2805/2010 formalizado entre a Eletrobras e a Controlada Celg GT, no valor de até R\$15.551 mil, para cobertura dos custos de ampliação da SE Palmeiras – GO. Esse saldo é atualizado a juros de 5% a.a. incidindo, ainda, taxas de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de 1% a.a.;
- c. Refere-se ao Contrato de Financiamento firmado entre a Caixa Econômica Federal – CAIXA e a Celgpar nº. 0412.113-76/2014, firmado em 11 de setembro de 2014 nas seguintes condições: Prazo total do contrato de 156 (cento e cinquenta e seis) meses, sendo a carência de 36 (trinta e seis) meses e o prazo de amortização de 120 (cento e vinte) meses. Sobre o principal da dívida, no período de carência até o vencimento da dívida, incidirão juros à taxa anual nominal de 6,8% a.a. (seis inteiros e oito décimos por cento ao ano). Os recursos deste financiamento, conforme cláusula terceira do contrato, foram utilizados no Aumento de Capital da Coligada Celg D (Ver NE 9.1), no firmamento de contrato de mútuo com a Coligada Celg D (Ver NE 30) e em outras aplicações na Coligada Celg D que geraram o firmamento de instrumento de cessão de créditos desta para a Celgpar (Ver NE 30). A Assunção da Dívida deste Contrato de Financiamento foi efetuada pelo Governo do Estado de Goiás na qualidade de Assuntor, acionista Controlador da Celgpar, com a anuência da Caixa, na qualidade de credora da dívida, e da União na qualidade de garantidora do pagamento da dívida. A referida assunção foi firmada em 29 de julho de 2016 e os contratos de garantia e contragarantia foram firmados em 2 de agosto de 2016. Os reflexos desta operação foram devidamente reconhecidos pela Celgpar no 3º trimestre de 2016 - Ver Nota Explicativa 30 (Transações com Partes Relacionadas);
- d. Os contratos de empréstimos e financiamentos bancários são garantidos por itens como:
 - Alienação Fiduciária de Direitos Creditórios;
 - Aplicações Financeiras;
 - Garantias prestadas pela União no Contrato com a Caixa nº. 0412.113-76/2014 – liberadas no 3º trimestre de 2016;
 - Contra garantias prestadas pelo Governo do Estado de Goiás no Contrato com a Caixa nº. 0412.113-76/2014, nos seguintes moldes: a) quotas dos quais é titular, referente aos artigos 157 e 159 da Constituição de República; e b) receitas próprias a que se refere o artigo 155 da Constituição da República – liberadas no 3º trimestre de 2016.

Notas Explicativas

A composição do saldo devedor em Moeda Nacional, por indexador é a seguinte:

CONSOLIDADO - 30/09/2016					CONSOLIDADO - 31/12/2015 - REAPRESENTADO				
INDEXADOR	CAIXA	Eletrobras	Eletra	Total	INDEXADOR	CAIXA	Eletrobras	Eletra	Total
SEM INDEXADOR	-	4.464	-	4.464	SEM INDEXADOR	2.073.892	6.211	-	2.080.103
INPC	-	-	4.720	4.720	INPC	-	-	5.162	5.162
Total	-	4.464	4.720	9.184	Total	2.073.892	6.211	5.162	2.085.265

Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

CONSOLIDADO - 30/09/2016			
Ano	Eletra	Eletrobras/ Outras Instituições	Total
2016	277	582	859
2017	1.148	2.329	3.477
2018	1.217	1.553	2.770
2019	1.290	-	1.290
2020	788	-	788
Total	4.720	4.464	9.184

NOTA 14 – FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Fornecedores de Energia Elétrica		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
- Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	36
- Imobilizações em Curso	-	-	581	1.119
TOTAL	-	-	581	1.155
- Materiais e Serviços	2	22	779	562
TOTAL	2	22	1.360	1.717

Notas Explicativas**NOTA 15 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA	-	-	-	42
IPTU A PAGAR	-	-	3	-
INSS A PAGAR	28	31	531	489
INSS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-	-	1.241	592
INSS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	86	68
PIS - CORRENTE	-	-	83	90
PIS - RETIDO NA FONTE	-	1	4	4
COFINS - CORRENTE	-	-	390	431
COFINS - RETIDO NA FONTE	-	1	16	17
IMPOSTO DE RENDA - CORRENTE	-	-	1.757	-
IMPOSTO DE RENDA - RETIDO NA FONTE	18	7	28	21
CONTRIBUICAO SOCIAL - CORRENTE	-	-	637	-
CONTRIBUICAO SOCIAL - RETIDO NA FONTE	-	-	6	8
ISS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	70	49
FGTS A PAGAR	3	3	144	208
FGTS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-	-	340	158
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL	9	-	9	-
TOTAL	58	43	5.345	2.177

NOTA 16 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

A composição da conta obrigações estimadas é a seguinte:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
	2016	2015	2016	2015
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Folha de Pagamento	154	47	4.545	2.277
TOTAL CIRCULANTE	154	47	4.545	2.277

- a) Referem-se às estimativas das obrigações de férias, 13º salário e encargos sobre a folha de pagamento dos empregados da Celgpar e Controlada Celg GT.

Notas Explicativas

NOTA 17 – ENCARGOS SETORIAIS

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	30/09/2016		31/12/2015	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
			REAPRESENTADO	
Taxa de Fiscalização – ANEEL (a)	16	-	11	-
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	-	-	130	-
Compensação Financeira p/Utiliz.Rec.Hídricos	51	-	50	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	2.627	-	2.883	-
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (b)	39	2.201	12	1.887
Programa de Inc. Fontes Alternativas - PROINFA	234	-	-	-
TOTAL	2.967	2.201	3.086	1.887

- (a) A Taxa de Fiscalização – Aneel foi instituída pela Lei nº. 9.247/1996 e regulamentada pelo Decreto nº. 2.240/1997. É uma receita destinada à Aneel e cobrada de todos os concessionários, permissionários ou autorizados, representada por 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do benefício econômico anual auferido;
- (b) Pesquisa & Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética – PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética.

NOTA 18 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

18.a – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA								
	30/09/2016				31/12/2015 - REAPRESENTADO				
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO				
	No Trimestre		Provisão	Depósitos	No Trimestre		Provisão	Depósitos	
Baixa	REF.	Provisão	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais	
NÃO CIRCULANTE									
Diversos	-	B.1	-	-	-	-	-	-	18
Total Trabalhistas	-		-	-	-	-	-	-	18
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-		-	-	-	-	-	-	18

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO								
	30/09/2016				31/12/2015 - REAPRESENTADO				
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO				
	No Trimestre		Provisão	Depósitos	No Trimestre		Provisão	Depósitos	
Baixa	REF.	Provisão	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais	
NÃO CIRCULANTE									
Diversos	-	B.1	403	1.884	311	(304)	-	1.481	982
Total Trabalhistas	-		403	1.884	311	(304)	-	1.481	982
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-		403	1.884	311	(304)	-	1.481	982

- Os critérios e divulgação das Contingências Passivas consubstanciaram-se na NBC TG 25 – R1 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

Notas Explicativas

a. Contingências Passivas

As Contingências da Controladora dizem respeito a processos de natureza trabalhista, onde a mesma figura como segunda ou terceira reclamada sendo, em todos os processos, estimada a probabilidade de perda remota pelo corpo jurídico interno da Companhia.

A Controlada Celg Geração e Transmissão – CELG GT responde por processos judiciais de natureza trabalhista, sendo efetuada a provisão suficiente para cobrir tais perdas no montante de R\$ 1.884 mil.

b. Contingências Ativas

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário.

c. Prescrição Fiscal

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

18.b – PROVISÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO (VER NOTA 31 – PLANO DE APOSENTADORIA):

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	485	485	485	485
TOTAL	485	485	485	485

Notas Explicativas

NOTA 19 – OUTROS CREDORES / OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS E TRIBUTOS DIFERIDOS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	30/09/2016		31/12/2015		30/09/2016		31/12/2015	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
			REALAPRESENTADO			REALAPRESENTADO		
Caixa Econômica Federal (a)	430	-	1.720	-	430	-	1.720	-
Folha de Pagamento - Incluindo PDV	96	-	-	-	394	90	532	-
Fundação Celg de Seguros e Previdência - Betra	5	-	4	-	82	-	151	-
Empréstimos Consignados	3	-	3	-	340	-	370	-
Tributos Retidos na Fonte	-	-	-	-	385	-	567	-
Concessionárias e permissionários de energia elétrica	-	-	-	-	28	-	6	-
Tributos Diferidos (b)	-	-	-	-	-	107.047	-	41
Outros	2	-	2	-	149	-	86	-
TOTAL	536	-	1.729	-	1.808	107.137	3.432	41

a- Refere-se a recursos recebidos pela Controladora junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA, decorrentes do contrato de prestação de serviços financeiros de centralização de créditos provenientes da folha de pagamento da Celgpar, sua controlada e coligada.

b- Segue abaixo a composição dos Tributos Diferidos na posição patrimonial consolidada.

Rubrica	CONSOLIDADO	
	30/09/2016	31/12/2015
		Reapresentado
Imposto de renda diferido		
Diferenças temporárias passivas	446	162
Diferenças temporárias passivas - Receita financeira da concessão	3.471	-
Diferenças temporárias passivas - Laudo RBSE/RPC	78.672	-
Diferenças temporárias ativas	(3.968)	(162)
	78.621	-
Contribuição social diferida		
Diferenças temporárias passivas	161	58
Diferenças temporárias passivas - Receita financeira da concessão	1.249	-
Diferenças temporárias passivas - Laudo RBSE/RPC	28.322	-
Diferenças temporárias ativas	(1.401)	(58)
	28.331	-
PIS diferido¹		
Diferenças temporárias passivas	14	7
	14	7
COFINS diferida¹		
Diferenças temporárias passivas	81	34
	81	34
	107.047	41

¹ Tributos sobre provisão de energia elétrica de curto prazo a ser liquidada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e, sobre ajuste ao valor justo de títulos públicos (receitas financeiras), referente à Controlada Celg GT.

Notas Explicativas**NOTA 20 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)**

COMPOSIÇÃO EM:	CONTROLADORA (PASSIVO A DESCOBERTO)		
	30/09/2016	NO PERÍODO	31/12/2015
			REAPRESENTADO
Capital Realizado	973.764	-	973.764
Prejuízos Acumulados	(4.309.769)	-	(4.309.769)
Ajuste do Exercício Anterior	1.657	-	1.657
(+/-) Resultado Acumulado no Período	250.845	250.845	-
Total do Patrimônio Líquido	(3.083.503)	250.845	(3.334.348)
Outros Resultados Abrangentes	(11.552)	-	(11.552)
Total do Patrimônio Líquido	<u>(3.095.055)</u>	<u>250.845</u>	<u>(3.345.900)</u>

- (a) As 32.774 mil ações ordinárias são escriturais e sem valor nominal;
- (b) O valor do Capital Social Realizado da Celgpar, à época de sua constituição, consta do boletim de subscrição anexo à escritura pública de constituição originária de sociedades por ações, sob a denominação da então Companhia Goiás de Participações – Goiáspar. A subscrição foi efetuada levando-se em conta a totalidade do investimento devido pelo Estado de Goiás no capital social da então Companhia Energética de Goiás, atual Coligada Celg D, cujos valores nominais se vinculam à aplicação do percentual de participação direta na Coligada, à época correspondente a 98,3262% sob o total do Patrimônio Líquido avaliado da Celg D, que montava em R\$ 987.296 mil, perfazendo o total do investimento inicial em R\$ 970.770 mil.
- O valor patrimonial deste investimento serviu de suporte para a escrituração contábil do capital social inicial da Celgpar no valor de R\$ 970.770 mil, correspondente ao total do Patrimônio Líquido na data de sua constituição, não evidenciando, portanto, a abertura das respectivas rubricas de reservas de reavaliação presentes no Patrimônio Líquido da Celg D. Desta forma, a realização das respectivas reservas de reavaliação da Celg D, ocorridas nos exercícios sociais seguintes e, especificamente no exercício social de 2010, onde ocorreu a sua realização parcial contra o ativo imobilizado reavaliado, provocando a diminuição do seu Patrimônio Líquido e reflexo direto no valor patrimonial do investimento, provocou o efeito direto contra prejuízos acumulados da Celgpar. Este efeito não provocou qualquer impacto nos resultados dos exercícios subsequentes à constituição da Companhia;
- (c) A Administração da Celgpar, com vistas ao saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto da Companhia, pretende capitalizar, nos próximos exercícios sociais, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 30 de setembro de 2016 o montante de R\$ 1.422.416 mil (Ver NE 12). As outras medidas cabíveis estarão vinculadas aos resultados futuros da Controlada Celg GT e Coligada Celg D.
- (d) Os outros resultados abrangentes se referem ao seguinte: 1) Reflexo dos outros resultados abrangentes reconhecidos diretamente contra o Patrimônio Líquido da Coligada Celg D, concernente ao passivo atuarial vinculado ao Plano de Assistência de Saúde mantido pela mesma, no montante de R\$ 11.067 mil; e 2)

Notas Explicativas

Passivo atuarial vinculado ao Plano de Previdência patrocinado pela Celgpar, decorrente de avaliação atuarial efetuada por atuário externo, no montante de R\$ 485 mil (Ver Nota 31).

(e) A Controlada Celg GT efetuou ajuste do exercício anterior de 2015 em sua posição patrimonial, sendo o efeito positivo no seu patrimônio líquido de R\$ 1.657 mil.

NOTA 21 – RECEITA DE SUPRIMENTO DE CURTO PRAZO, RECEITAS DE CONSTRUÇÃO, OUTRAS RECEITAS E DEDUÇÕES DA RECEITA

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	30/09/2016	30/09/2015
Suprimento (21.1)	3.736	8.516
Receita de Construção (21.2) (21.3)	26.330	10.880
Outras Receitas (21.3)	385.266	31.440
(-) Deduções da Receita (21.4)	(19.660)	(7.840)
TOTAL - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	395.672	42.996

21.1 A composição da receita de suprimento de curto prazo é a seguinte:

CLASSES	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	30/09/2016	30/09/2015
Suprimento	3.736	8.516
TOTAL GERAL	3.736	8.516

21.2 A receita de construção foi reconhecida pelo mesmo montante dos custos de construção pela controlada Celg GT. Tais valores são de obrigatório reconhecimento pela ITG 01 (Contratos de Concessão) e correspondem ao custo de construção das obras da concessão de geração e transmissão de energia elétrica, não existindo margem de lucro. Desta forma, a receita de construção é igual ao custo de construção. No encerramento dos trimestres findos em 30 de setembro de 2016 e 30 de setembro de 2015 as receitas consolidadas totalizaram R\$ 26.330 mil e R\$ 10.880 mil respectivamente.

Notas Explicativas

21.3 Outras Receitas:

21.3.1 – Outras Receitas - Componentes da Receita Bruta:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	30/09/2016	30/09/2015
Serviços de Operação e Manutenção (a)	43.137	31.440
Serviços de Construção	26.330	10.880
Financeira da Concessão	27.440	-
Receita Laudo RBSE/RPC (b)	314.689	-
TOTAL	411.596	42.320

(a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão;

(b) Ver Nota Explicativa nº 8, referente ao reconhecimento de ajuste a valor justo dos Ativos Financeiros da Concessão de Transmissão.

21.3.2 – Outras Receitas Operacionais:

DESCRIÇÃO - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
VENDA DA FOLHA DE PAGAMENTO DA CELGPAR - CAIXA	1.290	1.290	1.290	1.290
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-	-	326	103
TOTAL - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	1.290	1.290	1.616	1.393

21.4 Deduções da Receita:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	30/09/2016	30/09/2015
PIS	883	659
COFINS	4.066	3.036
Quota para reserva global de reversão	423	526
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	113	99
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos-CFURH	246	230
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	283	254
Conta de desenvolvimento energético	11.636	1.594
Outros encargos - PROINFA	2.010	1.442
TOTAL	19.660	7.840

Notas Explicativas

NOTA 22 – CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais de caráter geral e administrativo, especificados na Demonstração do Resultado do Trimestre, possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONTROLADORA			
	DESPESAS		TOTAL	
	GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Pessoal e Administradores	1.364	1.009	1.364	1.009
Serviços de Terceiros	333	337	333	337
Depreciação/Amortização	1	2	1	2
Tributos	91	85	91	85
Outras	139	81	139	81
TOTAL	1.928	1.514	1.928	1.514

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONSOLIDADO							
	CUSTO DO SERVIÇO				DESPESAS			
	ENERGIA ELÉTRICA		OPERAÇÃO		GERAIS E ADMINISTRATIVAS		TOTAL	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	-	-	821	301	-	-	821	301
Pessoal e Administradores	-	-	14.171	10.648	15.476	11.763	29.647	22.411
Material	-	-	90	115	230	253	320	368
Serviços de Terceiros	-	-	3.472	2.735	3.105	2.270	6.577	5.005
Depreciação/Amortização	-	-	856	2.547	4	12	860	2.559
Provisão/Reversão p/Crédito Liq. Duvidosa	-	-	23	15	-	-	23	15
Provisão/Reversão para Contingências	-	-	320	309	242	-	562	309
Provisão/Reversão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	5.986	-	-	-	5.986	-
Tributos	-	-	470	43	285	200	755	243
Recuperação de Custos/Despesas	-	-	(37)	(46)	(77)	(6)	(114)	(52)
Custos de Construção	-	-	26.330	10.880	-	-	26.330	10.880
Outras	-	-	369	251	818	797	1.187	1.048
TOTAL	-	-	52.871	27.798	20.083	15.289	72.954	43.087

As outras despesas operacionais, especificadas na Demonstração do Resultado, possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

DESCRIÇÃO - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE - CELG D	-	432.314	-	432.314
TOTAL - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-	432.314	-	432.314

NOTA 23 – SEGUROS

A Companhia, sua Controlada e sua Coligada, em 30 de setembro de 2016, não possuíam apólice de seguro de seus bens e instalações. Assim sendo, e tomando por base a obrigatoriedade de contratação de seguro patrimonial prevista nos respectivos

Notas Explicativas

Contratos de Concessão, evidencia-se abaixo a posição das tratativas acerca deste assunto por atividade:

- 1) Atividades de Geração e Transmissão: a Administração da Controlada Celg GT efetuou, ao longo do exercício de 2014, uma pré-análise dos respectivos bens e instalações a serem segurados, tomando por base a previsibilidade desta avaliação nos respectivos Contratos de Concessão. Não obstante a isto, e considerando as tratativas vinculadas ao laudo elaborado por conta da definição do Valor Novo de Reposição dos Ativos de Transmissão não indenizados, a Administração da Controlada optou por avançar com estas definições ao longo dos exercícios de 2015 e 2016, no sentido de se contemplar os resultados conciliados desta avaliação depurando, por sua vez, possíveis sobras contábeis advindas deste processo. Esta definição deverá avançar para o exercício de 2017, em função de que os resultados da avaliação foram homologados pela Aneel, e reconhecidos pela Controlada no 3º trimestre de 2016;
- 2) Atividade de Distribuição: a Administração da Coligada Celg D desencadeou os procedimentos licitatórios para a contratação do seguro patrimonial dos bens e instalações da Concessão, procedimentos estes que se encontram em andamento.

NOTA 24 - ENCARGOS FINANCEIROS E EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir, no trimestre findo em 30 de setembro de 2016, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

NOTA 25 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A remuneração de empregados e dirigentes da Celgpar, sua Controlada e Coligada observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No trimestre findo em 30 de setembro de 2016, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de setembro/2016, foram R\$38 mil e R\$4 mil, respectivamente. Aos membros de diretoria e assessoria da Celgpar, a maior e menor remuneração corresponde a R\$38 mil e R\$4 mil, não sendo cumulativa para os diretores da Controladora comuns à Controlada e Coligada.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016:

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)	TOTAL
Número de Membros	9	5	3	17
Remuneração Fixa até o final do Exercício	324	180	1.026	1.530
Salário ou pró-labore	324	180	1.026	1.530
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos Resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por Participação em Reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da Remuneração, por órgão	324	180	1.026	1.530

n/a = não aplicável

(1) Todos os membros da Diretoria foram remunerados pela Controlada Celg GT e Coligada Celg D, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)
Número de Membros	9	5	3
Valor da maior remuneração individual	4	4	38
Valor da menor remuneração individual	4	4	38
Valor médio da remuneração individual	4	4	38

n/a = não aplicável

(1) Todos os membros da Diretoria foram remunerados pela Controlada Celg GT e Coligada Celg D, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

Notas Explicativas**NOTA 26 – RESULTADO FINANCEIRO**

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2016 - 30/09/2016	01/01/2015 - 30/09/2015	01/01/2016 - 30/09/2016	01/01/2015 - 30/09/2015
Receitas				
Variações Monetárias	-	-	403	10.353
Rendas	6.026	5.691	15.327	17.790
Outras	-	1	357	16
Total das Receitas	6.026	5.692	16.087	28.159
Despesas				
Variações Monetárias	-	-	(573)	(449)
Encargos de Dívidas	(83.894)	(106.799)	(84.930)	(107.331)
Outras - inclui IOF	(1)	(1)	(33)	(401)
Total das Despesas	(83.895)	(106.800)	(85.536)	(108.181)
TOTAL GERAL - RESULTADO FINANCEIRO	(77.869)	(101.108)	(69.449)	(80.022)

NOTA 27 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Rubrica	CONSOLIDADO	
	30/09/2016	30/09/2015
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Contribuição social corrente	637	1.413
Imposto de renda corrente	1.757	3.912
	2.394	5.325
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Contribuição social diferida	28.331	(765)
Imposto de renda diferido	78.621	(2.188)
	106.952	(2.953)
	109.346	2.372

As despesas de Imposto de Renda e de Contribuição Social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos os valores líquidos destes efeitos fiscais.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado consolidado está demonstrada abaixo:

Notas Explicativas

Rubrica	CONSOLIDADO	
	30/09/2016	30/09/2015
Resultado líquido antes dos impostos	342.913	22.862
Tributos sobre o lucro a alíquota nominal de 34%	116.590	7.773
Diferenças permanentes	(3.157)	(1.850)
Diferenças temporárias	(109.987)	1.710
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	(1.034)	(2.290)
Diferencial de alíquota de imposto de renda	(18)	(18)
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.394	5.325
Diferenças temporárias	109.987	(1.710)
Diferenças temporárias de exercícios anteriores	(3.035)	(1.243)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	106.952	(2.953)
Tributos sobre o lucro	109.346	2.372
Alíquota fiscal efetiva dos tributos sobre o lucro	31,9%	10,4%

NOTA 28 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores da Companhia no trimestre findo em 30 de setembro de 2016 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o trimestre findo em 30 de setembro de 2015 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA	
	30/09/2016	30/09/2015
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício Atribuível aos Acionistas:		
Ações Ordinárias	250.845	(513.156)
Total	250.845	(513.156)
Média Ponderada das Ações Ordinárias	32.774	32.774
Total	32.774	32.774
Lucro/Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária	7,654	(15,657)

NOTA 29 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou a NBC TG 38 – R3 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) e a NBC TG 39 – R3 (Instrumentos Financeiros: Apresentação); a Deliberação CVM 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou a NBC TG 40 – R2 (Instrumentos Financeiros:

Notas Explicativas

Evidenciação); e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia, sua Controlada e Coligada efetuaram a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles: a) Numerário disponível (equivalente ao valor contábil); b) Contas a receber (sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e c) Empréstimos e financiamentos (medidos a valor justo e contabilizados por valores contratuais).

a. Considerações sobre os riscos

Os negócios da Coligada Celg Distribuição S.A. - Celg D compreendem, principalmente, o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

a.1 *Risco de taxa de câmbio:*

Esse risco decorre da possibilidade de a Coligada vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra tal risco. Porém, a Coligada monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a efetiva necessidade de contratação de derivativos (swap) para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

a.2 *Risco de variação cambial na compra de energia de ITAIPU:*

A Coligada está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de ITAIPU.

a.3 *Risco de taxa de juros:*

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Coligada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos vinculados a projetos específicos de infra-estrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

a.4 *Risco de crédito:*

O risco de crédito surge da possibilidade de a Coligada vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo em relação ao setor privado, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. Os altos valores dos órgãos públicos constituem risco. A Administração da Coligada analisa continuamente as situações em aberto, e possui parcelamento de valores devidos pela maioria das prefeituras.

Notas Explicativas

a.5 Risco quanto à escassez de energia:

A energia vendida é gerada por usinas hidrelétricas não pertencentes à Coligada. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento na aquisição de energia, ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Este risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS que, segundo informações do plano mensal de operação divulgado no site www.ons.org.br, não prevê um programa de racionamento para os próximos dois anos.

a.6 Risco quanto ao vencimento antecipado de obrigações e recálculo de valores devidos:

Em 29 de junho de 2006, através de Medida Provisória nº. 303, o Governo Federal anunciou um novo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS III ou Parcelamento Excepcional – PAEX. A Subsidiária possui valores inseridos no PAEX, e a eventual exclusão desse programa implica na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, recálculo dos valores devidos e a automática execução das garantias prestadas. A Administração da Coligada entende ser remota a possibilidade de exclusão desse programa, pois os valores das parcelas estão sendo pagos no vencimento.

NOTA 30 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais operações realizadas com a Coligada Celg Distribuição S.A. - Celg D, a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT e o Acionista Controlador Estado de Goiás, podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Ativo Não Circulante				
Celg Distribuição S.A.-Celg D (1)	123.083	117.080	123.083	117.080
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (2)	-	112.818	-	-
TOTAL DO ATIVO:	123.083	229.898	123.083	117.080
Passivo Não Circulante				
Estado de Goiás (3)	2.157.785	-	2.157.785	-
TOTAL DO PASSIVO:	2.157.785	-	2.157.785	-

(1) Valor referente ao Contrato de Mútuo firmado entre a Celgpar e Celg D, objeto da cláusula terceira do Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014, firmado com a Caixa Econômica Federal - Caixa;

(2) Valor referente ao Contrato de Cessão de Créditos firmado entre a Celgpar, a Celg D e a Celg GT, objeto da cláusula terceira do Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014, firmado com a Caixa Econômica Federal - Caixa. Este valor foi capitalizado na Celg GT no 2º trimestre de 2016;

(3) Refere-se ao Contrato de Assunção de Dívida efetuado pelo Estado de Goiás com a Caixa Econômica Federal, referente ao Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014.

NOTA 31 – PLANO DE APOSENTADORIA

A Celgpar é patrocinadora da FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por

Notas Explicativas

finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos empregados da companhia. A seguir, apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:

a) Definição dos tipos de benefícios

A Celgpar, através da ELETRA, oferece aos seus empregados o plano denominado Plano Misto de Benefícios - CELGPREV, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido, na fase de pagamento.

A Celgpar tem responsabilidade, no Plano Misto, e na fase de acumulação, variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

b) Descrição do Plano Misto de Benefícios - CELGPREV

b1) Características

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do Plano são os seguintes:

BENEFÍCIO
Suplementação de Aposentadoria
Suplementação de Aposentadoria por Invalidez
Suplementação de Pensão
Suplementação de Abono Anual

c) Estatísticas dos participantes e assistidos do Plano CELGPREV

Notas Explicativas

ESTATÍSTICAS	CONTROLADORA 31/12/2015
Participantes Ativos	2
Idade Média (anos)	52,00
Salário Médio (R\$)	5.122,81
Aposentados Válidos	1
Idade Média (anos)	57,00
Benefício Médio (R\$)	5.719,93
Aposentados Inválidos	-
Idade Média (anos)	-
Benefício Médio (R\$)	-
Pensionistas (número de beneficiários)	-
Idade Média (anos)	-
Benefício Médio (R\$)	-

d) Custo do Patrocinador

Até o final do trimestre findo em 30 de setembro de 2016, o montante de contribuições da Celgpar para a ELETRA foi de R\$ 40 mil.

e) Política adotada para reconhecimento de Perdas e Ganhos atuarias

e1) De acordo com a Lei Complementar nº. 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre as Patrocinadoras, os Participantes e os Assistidos, enquanto que os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

e2) De acordo com a divulgação dos Resultados Atuariais, efetuado por empresa de consultoria independente, com base na NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados), o Plano Celgprev apresentou montante para Valor da Obrigação Actuarial do Plano, comparativamente aos resultados de 31/12/2014, a qual foi oriunda, fundamentalmente, da concessão de benefício programado, na modalidade de Benefício Definido, uma vez que no período de acumulação, a formação de reserva desse benefício decorre da acumulação de saldos de conta (Fundo Individual e Patrocinadora). Desta forma foi efetuado o reconhecimento de passivo atuarial no valor de R\$ 485 mil, contra resultados abrangentes, à luz da NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados).

NOTA 32 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Fato relevante - Acordo Governo do Estado de Goiás e Eletrobras

A Lei 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória n.º 559, de 2 de março de 2012, autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquirir participação

Notas Explicativas

societária da Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto. Conforme pactuado nos Acordos de Acionistas e de Gestão, celebrados em 24 de abril de 2012, as tratativas para a aquisição do controle acionário da Coligada pela Eletrobras avançaram nos exercícios de 2012, 2013 e por todo o exercício de 2014, vinculadas especificamente no delineamento das questões técnicas da operação de troca de controle acionário, com vistas a se permitir a negociação direta das ações da Celg D, de propriedade da Celgpar, para a Eletrobras. Neste sentido, a Eletrobras adquiriu 76.761.267 (setenta e seis milhões, setecentas e sessenta e uma mil, duzentas e sessenta e sete) ações ordinárias da Celg D, correspondente a 50,93% (cinquenta inteiros, e noventa e três centésimos por cento) do capital social, sendo que o pagamento por esta aquisição se concretizou no dia 27 de janeiro de 2015.

b. Prorrogação da Concessão de Distribuição de Energia Elétrica

Com a edição, pelo Governo Federal, da Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012, a qual condicionou a renovação do serviço público de energia elétrica à aceitação e concordância com novas regras regulatórias, tendo a concessionária o prazo para manifestação até o dia 15 de outubro de 2012. A Coligada Celg D, através da Carta PR-1507/12, protocolou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 11 de outubro de 2012, a manifestação de concordância à prorrogação da concessão de distribuição de energia elétrica.

As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, de maneira específica, beneficiar os consumidores de energia elétrica através da redução de três componentes tarifárias: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais. A Medida Provisória nº 579/2012 foi convertida na Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e regulamentada pelo Decreto nº. 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Por intermédio da Lei nº. 12.783/2013, o Governo Federal pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, § 5º, 19 e 22 da Lei nº. 9.074, de 7 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Desta forma, a Lei nº. 12.783/2013, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, alcançadas pelos artigos listados acima, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, porém impondo, ao novo Contrato de Concessão a ser assinado, novas condições a serem pré-estabelecidas pelo poder concedente, condições estas que, pelo contrato de concessão, deveriam ser obrigatoriamente apresentadas à Concessionária até o dia 7 de janeiro de 2014. A Aneel, por intermédio do Ofício Circular nº. 01/2014-DR/ANEEL, de 17 de janeiro de 2014, informou, dentro de sua competência regulatória, que realizaria a análise dos requerimentos de prorrogação das concessões de distribuição, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação ou rejeição dos pedidos efetuados pelas Concessionárias.

O Decreto nº. 8.461, de 2 de junho de 2015, regulamentou a prorrogação das Concessões de Distribuição de Energia Elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº. 12.783/2013 por trinta anos. A prorrogação terá o objetivo de atender os critérios estabelecidos pelo Poder Concedente na intenção de melhorar a prestação dos serviços para os usuários, sendo os critérios a serem alcançados os seguintes:

- Eficiência com relação à qualidade do serviço prestado, e eficiência com relação à gestão econômico-financeira, racionalidade operacional e econômica e modicidade tarifária. Tais critérios deverão ser alcançados por meio de métricas de melhoria contínua estabelecidas pelo Poder Concedente, a serem detalhados pelos Contratos de Concessão a serem assinados pelas distribuidoras.

Notas Explicativas

- Os respectivos critérios têm um horizonte de cumprimento máximo de 5 (cinco) anos, contados a partir do ano civil subsequente à data da celebração do contrato. No caso de descumprimento de qualquer uma das metas anuais estabelecidas por dois anos consecutivos, ou quaisquer das metas ao final do período de cinco anos, será iniciado o processo de extinção da concessão, porém, o concessionário poderá apresentar um plano de transferência do controle societário como forma alternativa a essa extinção.

A Aneel colocou em Audiência Pública (AP nº. 038/2015), em duas fases, as minutas dos contratos de concessão. Paralelamente, a Administração da Coligada Celg D efetuou a análise necessária das condições de prorrogação, enviando ao Poder Concedente as contribuições para o aperfeiçoamento da respectiva minuta contratual. Após a decisão do Ministério de Minas e Energia pela prorrogação da concessão, a Coligada teria o prazo de 30 (trinta) dias para celebrar o termo aditivo, contado da data de convocação para efetuá-lo. Em 21 de outubro de 2015, a Aneel deliberou sobre o resultado da Audiência Pública, com a recomendação, ao Poder Concedente (Ministério de Minas e Energia), de prorrogar 40 (quarenta) concessões de Distribuição de Energia Elétrica, dentre elas a concessão da Coligada Celg D. Neste sentido, em 30 de dezembro de 2015, foi publicado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 63/2000 – ANEEL, de 25 de agosto de 2000, prorrogando a Concessão até 7 de julho de 2045.

c. Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

A Controlada Celg GT, mesmo com o contrato de concessão da Usina Hidrelétrica de São Domingos vencido, continua com a operação, manutenção e administração da mesma. No entanto, o MME, através da Portaria nº. 190, de 6 junho de 2013, designou como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica desta Usina a empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. Após isto, o MME revogou esta Portaria, editando a Portaria nº. 352, de 10 de outubro de 2013, designando novamente a Controlada Celg GT como responsável pela Usina, a partir de 1º de novembro de 2013, sendo que esta prestação do serviço de geração de energia será realizada até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Com relação à concessão de Transmissão, optou-se pela renovação da mesma, tendo sido assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 063/2001-ANEEL, com vigência até 5 de dezembro de 2042. O valor da indenização desta concessão, estipulado em R\$ 98.740.514,73 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos), vem sendo recebido parceladamente pela Celg GT, atualizadas pelo IPCA e acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano.

Não obstante as decisões acerca do tratamento destas renovações terem estipulado os desdobramentos acima, observa-se que a análise da Administração da Celg GT, conjuntamente ao Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas da Controladora Celgpar, apontam que tanto a Receita Anual Permitida, quanto os valores de indenizações relativas às concessões de geração e transmissão não atenderam às expectativas da Celg GT.

Desta forma, o Conselho de Administração da Controladora Celgpar e, respectivamente, a Assembleia Geral de Acionistas, deliberaram pela aprovação da execução de todas as providências administrativas e judiciais, objetivando evitar prejuízo à Celg GT e, sucessivamente, buscar a preservação das concessões de geração e transmissão e, concomitantemente em relação às indenizações.

Neste sentido, foram implementadas todas as medidas administrativas e judiciais, visando auferir indenizações, pertinentes à geração e transmissão, de todos os ativos ainda não depreciados, independente do previsto na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012, sendo que estas medidas encontram-se na esfera judicial com os seguintes andamentos:

Notas Explicativas

- O Processo Judicial referente às Concessões de Geração requer o reconhecimento do direito adquirido de prorrogar a concessão da Usina de São Domingos por mais 20 (vinte) anos, em decorrência da aplicação dos termos do Contrato de Concessão 062/2000 e da Celg GT ter cumprido todas as condições impostas para a obtenção da prorrogação. Requer em pedido alternativo a quantificação da indenização desta Usina para fins de não prorrogação do Contrato de Concessão. Para Usina de Rochedo, foi requerido o reconhecimento da possibilidade de sua ampliação nos termos do contrato 062/2000 e não conforme o regime de cotas definido na MP 579/2012;

- O Processo Judicial referente à Concessão de Transmissão requer a elaboração de novo cálculo da RAP (Receita Anual Permitida), considerando-se os reais custos de operação do sistema, e a majoração da indenização dos ativos de transmissão, garantindo o direito ao contraditório na elaboração destes cálculos.

Ambos processos judiciais encontram-se em tramitação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em grau de recurso pela Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT.

d. Conciliação entre o Prejuízo Líquido e o Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades Operacionais

Conforme as orientações do item 20A da NBC TG 03 – R2 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), a conciliação entre o prejuízo líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais deve ser fornecida, caso a entidade utilize o Método Direto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais. Abaixo a referida conciliação:

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CONCILIAÇÃO ENTRE O PREJUÍZO LÍQUIDO E O CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO)
NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 30 DE SETEMBRO DE 2015

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	250.845	(513.156)	250.845	(513.156)
MAIS	83.896	539.115	119.179	554.983
Depreciação	1	2	860	2.559
Provisão para Desvalorização de Participações Societárias Permanentes	-	432.314	-	432.314
Custo da Construção	-	-	26.330	10.880
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	23	15
Provisão para Contingências	-	-	562	309
Outras Despesas Financeiras - Variações Monetárias	83.895	106.799	85.158	107.985
Outros Custos e Despesas e Provisões/Reversões	-	-	11	2
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	5.986	-
Diferimento de Tributos	-	-	62	-
Provisão/Reversão de energia elétrica de curto prazo-CCEE	-	-	187	919
MENOS	(335.378)	(26.181)	(381.486)	(40.448)
Ganho de Equivalência Patrimonial	(329.352)	(20.490)	(105.306)	(250)
Receita da Construção	-	-	(26.330)	(10.880)
Outras Receitas Financeiras - Variações Monetárias	(6.026)	(5.691)	(14.515)	(26.280)
Provisão de Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	-	-	-	-
Receita Financeira da Concessão	-	-	(27.440)	-
Diferimento de Tributos	-	-	106.935	(3.038)
Outras Receitas Operacionais	-	-	(13)	-
Receita Operacional - Laudo RBSE/RPC	-	-	(314.689)	-
Outros Custos e Despesas e Provisões/Reversões	-	-	(128)	-
AJUSTES POR VARIAÇÃO NO CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO	(1.052)	(1.048)	15.281	11.311
Contas a receber	-	-	5.529	(2.159)
Créditos fiscais	-	-	553	(4.805)
Outros devedores	18	59.454	(198)	59.370
Variações Ativas - Transação com partes relacionadas	-	(56.500)	-	(56.500)
Estoques	-	-	15	(4)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(305)	2
Fornecedores	(20)	19	323	615
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(6)	4	1.930	94
Tributos e contribuições sociais	15	17	3.050	8.966
Obrigações estimadas	107	98	107	98
Encargos Setoriais	-	-	199	1.221
Benefício Pós-Emprego	-	-	(70)	-
Outros credores	(1.187)	(1.283)	(1.369)	(8.574)
Receitas financeiras recebidas	21	-	459	11.143
Despesas financeiras pagas	-	-	(911)	(665)
Tributos sobre o lucro	-	-	(826)	(4.324)
Outras variações ativas e passivas	-	(2.857)	-	(2.857)
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	6.795	9.690
CAIXA LÍQUIDO GERADO(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.689)	(1.270)	3.819	12.690

Notas Explicativas

e. Autorização de Apresentação das Informações Trimestrais

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas Informações Trimestrais são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 30 de setembro de 2016, e a data na qual é autorizada a emissão dessas Informações.

As Informações Trimestrais de 30 de setembro de 2016 da Celgpar tiveram sua emissão autorizada no âmbito da Diretoria em 11 de novembro de 2016, e foram apreciadas no âmbito do Conselho Fiscal em 11 de novembro de 2016.

f. Continuidade Operacional

Objetivando estabelecer as condições de continuidade operacional da Companhia, a Administração da Celgpar pretende implementar as seguintes medidas nos próximos exercícios sociais:

- i. No saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto capitalizar, dada à condição de Companhia Aberta da Celgpar, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 30 setembro de 2016 o montante de R\$ 1.422.416 mil (Ver NE 12);
- ii. Manter as solicitações de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, junto ao Estado de Goiás, em níveis condizentes com sua execução orçamentária, buscando garantir a situação de adimplência com fornecedores, governo e financiadores;
- iii. Estabelecer condições de gerenciamento e captura dos resultados futuros e fluxo de dividendos da Controlada Celg GT, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões de geração e transmissão;
- iv. Promover o monitoramento e acompanhamento das ações a serem implementadas pela atual Controladora da Celg D, no sentido de se criar condições para o estabelecimento de um fluxo de dividendos desta Coligada, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão de distribuição, a partir da sua prorrogação;
- v. Promover o monitoramento e acompanhamento das ações a serem implementadas pela atual Controladora da Celg D, tendo em vista a inclusão desta Coligada no Plano Nacional de Desestatização – PND, ocorrido no dia 5 de maio de 2015. Neste sentido, o Poder Executivo do Estado de Goiás, por meio da Lei Estadual nº 18.956, de 16 de julho de 2015, foi autorizado a alienar, na sua totalidade ou no percentual que achar conveniente, as ações integralizadas do capital social da Coligada Celg D, controladas pelo Estado de Goiás

Notas Explicativas

por meio da Celgpar e pelo Governo Federal por meio da Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras.

g. Registro de Oferta Pública de Aquisição de Ações de Emissão da Companhia Celg de Participações - Celgpar

Em 3 de julho de 2015, a Celgpar, por solicitação do Governo do Estado de Goiás, seu acionista controlador, divulgou e comunicou Fato Relevante através do qual informou que procedeu o registro de Oferta Pública de Aquisição de Ações da Celgpar – OPA, que visa a aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia em circulação, ou seja, 74.389 (setenta e quatro mil, trezentos e oitenta e nove) ações, representativas de 0,2270% (dois mil, duzentos e setenta décimos de milésimos por cento) do capital social da Celgpar, com vistas ao posterior cancelamento do registro de Companhia Aberta da Celgpar. Por meio de Comunicado ao Mercado, a Celgpar informou que o edital de oferta pública para a aquisição da totalidade das ações encontrava-se à disposição de todos os acionistas, tendo o leilão ocorrido no dia 30 de agosto de 2016. O resultado do leilão, conforme Fato Relevante divulgado em 6 de setembro de 2016, determinou o insucesso da OPA, permanecendo a Celgpar registrada na pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta categoria “A”, e mantida a listagem das ações de sua emissão no seguimento tradicional da BM&FBovespa.

h. Repactuação de dívida da Coligada Celg D com Itaipu

A Medida Provisória nº. 677/2015, que dispõe sobre contratos de concessão do setor elétrico, já convertida em Lei, permite às empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização – PND a partir de 2015, repactuar dívidas em moeda estrangeira no prazo de 120 (cento e vinte) meses, considerando os períodos de carência e amortização. A repactuação da dívida da Coligada Celg D, referente ao repasse de Itaipu, ocorreu por intermédio da assinatura de Termo de Repactuação em 17 de junho de 2016.

i. Eventos Subsequentes

- 1) Em continuidade ao processo de desestatização da Coligada Celg D, definido pelo seu acionista controlador, foi publicado no Diário Oficial da União do dia 24 de junho de 2016, o Edital de Venda da totalidade das ações de propriedade da Eletrobras e Celgpar, definindo a data de 19 de agosto de 2016 para o leilão das mesmas. Não obstante o leilão não ter ocorrido nesta data, em função da inexistência de proponentes compradores, o processo de desestatização da Coligada Celg D permaneceu em andamento, culminando com a definição de nova data para o leilão, prevista para o dia 30 de novembro de 2016, conforme publicação de novo Edital de Venda da totalidade das ações, ocorrida no Diário Oficial da União do dia 28 de outubro de 2016.

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia CELG de Participações – CELGP

Goiânia – GO

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia CELG de Participações - CELGP ("CELGP" ou "Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.2 e nº 2 III (a2 e a3), as ações de emissão da Celg D, na proporção de 51% dessas, foram alienadas pela CELGP. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquiriu 76.761.267 ações ordinárias, correspondente a 50,93% do capital social da Celg D, passando à situação de Controladora em proporção acionária e, por sua vez, mantendo a sua condição anterior de preponderância e controle sobre as deliberações sociais da Celg D – vinculado ao acordo de acionistas e acordo de gestão entre o Governo de Goiás, a Eletrobras e a CELGP. A CELGP permaneceu com uma participação de 49% do total das ações de emissão da Celg D, mediante a propriedade de 73.848.672 ações ordinárias. Nos termos da NBC TG 18- (R2) (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto), especificamente nos itens 3, 5, e 6, a participação acionária da CELGP na Celg D, após este processo de alienação, configura-se como uma participação acionária em Sociedade Coligada. Os investimentos na controlada e coligada são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas informações trimestrais consolidadas os saldos dos investimentos na controlada CELG GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada. O saldo do valor patrimonial do investimento na coligada CELG D foi ajustado pela equivalência patrimonial nas informações trimestrais consolidadas à razão percentual de 49%, incluindo os respectivos ajustes, quando cabíveis, na provisão para desvalorização do investimento nessa participação societária. As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais individuais da controlada CELG GT. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, resultando em alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015. Para efeito de comparabilidade das informações trimestrais de 30 de setembro de 2016, no que concerne à posição patrimonial e de resultado, com a posição encerrada em 30 de setembro de 2015, a controlada Celg GT efetuou reclassificações vinculadas à adequação ao plano de contas do setor elétrico. Estas reclassificações, por sua vez, influenciaram nas informações trimestrais de 30 de setembro 2015, anteriormente apresentadas pela CELGP. Neste sentido, foram efetuadas as reclassificações não relevantes para fins de melhor comparabilidade que estão reapresentadas nestas informações trimestrais. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, em função de ajuste do exercício anterior encerrado em 31 de dezembro de 2015, promovido pela Controlada CELG GT, no valor de R\$ 1.657 mil, vinculado especificamente ao reflexo de equivalência patrimonial de investidas desta Controlada, a posição de 31 de dezembro de 2015 foi reapresentada com a influência deste ajuste no saldo patrimonial, tanto na posição individual, quanto na posição consolidada da CELGPAR. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9.2.d, a coligada CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. mantém imposto de renda e contribuição social diferidos relativos à prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias. Esses valores estão registrados levando-se em consideração a garantia de sua realização, limitados ao montando do imposto de renda e contribuição social diferidos passivo, uma vez que existem obrigações fiscais de mesma natureza. O montante destes créditos ao final do trimestre encerrado em 30 de setembro de 2016 totalizou R\$ 81.903 mil. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23, sua controlada e sua coligada, em 30 de setembro de 2016, não possuíam apólice de seguro de seus bens e instalações. Assim sendo, e tomando por base a obrigatoriedade de contratação de seguro patrimonial prevista nos respectivos Contratos de Concessão, a Companhia está em tratativas acerca deste assunto por atividade. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 30, a Companhia possui transações com partes relacionadas, onde as principais operações são decorrentes de contratos de mútuo e de cessão de créditos. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 32 (b), com a edição da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, a qual condicionou a renovação do serviço público de energia elétrica à aceitação e concordância com novas regras regulatórias. A Coligada Celg D, através da Carta PR-1507/12, protocolou junto à ANEEL, em 11 de outubro de 2012, a manifestação de concordância à prorrogação da concessão de distribuição de energia elétrica. Por intermédio da Lei nº 12.783/2013, o Governo Federal pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, § 5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas. A ANEEL colocou em Audiência Pública (AP nº. 038/2015), em duas fases, as minutas dos contratos de concessão. Paralelamente, a Administração da Coligada Celg D efetuou a análise necessária das condições de prorrogação, enviando ao Poder Concedente as contribuições para o aperfeiçoamento da respectiva minuta contratual. Após a decisão do Ministério de Minas e Energia pela prorrogação da concessão, a Coligada teria o prazo de 30 (trinta) dias para celebrar o termo aditivo, contado da data de convocação para efetuá-lo. Em 21 de outubro de 2015, a ANEEL deliberou sobre o resultado da Audiência Pública, com a recomendação, ao Poder Concedente (Ministério de Minas e Energia), de prorrogar 40 (quarenta) concessões de Distribuição de Energia Elétrica, dentre elas a concessão da Coligada Celg D. Neste sentido, em 30 de dezembro de 2015, foi publicado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 63/2000 – ANEEL, de 25 de agosto de 2000, prorrogando a Concessão até 07 de julho de 2045. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 31 (c), com relação à concessão de Transmissão, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 063/2001-ANEEL, com vigência até 5 de dezembro de 2042. O valor da indenização desta concessão, estipulado em R\$ 98.740 mil, está sendo recebido parceladamente pela Celg GT, atualizada pelo IPCA e acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano. Não obstante as decisões acerca do tratamento destas renovações a Administração da Celg GT, conjuntamente ao Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas da Controladora Celgpar, apontam que tanto a Receita Anual Permitida, quanto os valores de indenizações relativas às concessões de geração e transmissão não atenderam às expectativas da Celg GT. Desta forma, o Conselho de Administração da Controladora CELGPAR e, respectivamente, a Assembleia Geral de Acionistas, deliberaram pela aprovação da execução de todas as providências administrativas e judiciais, objetivando evitar prejuízo à CELG GT e, sucessivamente, buscar a preservação das concessões de geração e transmissão e, concomitantemente em relação às indenizações. Neste sentido, foram implementadas medidas administrativas e judiciais, visando auferir indenizações, pertinentes à geração e transmissão, de todos os ativos ainda não depreciados, independente do previsto na Medida Provisória nº 579. Estas medidas encontram-se em andamento na esfera judicial. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

As demonstrações contábeis da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma instituição em atividade normal, as quais pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. Desta forma, a continuidade normal da instituição, dependerá da capacidade de realização de seus ativos em valores suficientes para cobrir as obrigações circulantes e não circulantes. A cobertura do patrimônio líquido negativo de R\$ 3.095.055 mil, dependerá da realização de ativos em valores superiores aos registrados na contabilidade ou redução dos valores do passivo. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 20, letra (c) e nº 32 letra (f), objetivando estabelecer as condições de continuidade operacional da Companhia, a Administração da CELGPARG pretende implementar as seguintes medidas nos próximos exercícios sociais: a) No saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto capitalizar, dada à condição de Companhia Aberta da CELGPARG, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 30 de setembro de 2016 o montante de R\$ 1.422.416 mil; b) Manter as solicitações de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, junto ao Estado de Goiás, em níveis condizentes com sua execução orçamentária, buscando garantir a situação de adimplência com fornecedores, governo e financiadores; c) Estabelecer condições de gerenciamento e captura dos resultados futuros e fluxo de dividendos da Controlada Celg GT, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões de geração e transmissão. Estes resultados, especificamente os vinculados ao fluxo de dividendos desta Controlada, foram dados em contra-garantia às garantias oferecidas pelo Estado de Goiás ao empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 1.900.000 mil (montante inicial), ocorrido em setembro de 2014; d) Promover o monitoramento e acompanhamento das ações a serem implementadas pela atual Controladora da Celg D, no sentido de se criar condições para o estabelecimento de um fluxo de dividendos desta Coligada, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão de distribuição, mediante a sua prorrogação. Estes resultados, especificamente os vinculados ao fluxo de dividendos desta Coligada, foram dados em contra-garantia às garantias oferecidas pelo Estado de Goiás ao empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 1.900.000 mil, ocorrido em setembro de 2014; e e) Promover o monitoramento e acompanhamento das ações a serem implementadas pela atual Controladora da Celg D, tendo em vista a inclusão desta Coligada no Plano Nacional de Desestatização – PND, ocorrido no dia 5 de maio de 2015. Neste sentido, o Poder Executivo do Estado de Goiás, por meio da Lei Estadual nº 18.956, de 16 de julho de 2015, foi autorizado a alienar, na sua totalidade ou no percentual que achar conveniente, as ações integralizadas do capital social da Coligada Celg D, controladas pelo Estado de Goiás por meio da CELGPARG e pelo Governo Federal por meio da Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 32 (g), de que em 03 de julho de 2015, a CELGPARG, por solicitação do Governo do Estado de Goiás, seu acionista controlador, divulgou e comunicou Fato Relevante através do qual informou que procedeu ao registro de Oferta Pública de Aquisição de Ações da CELGPARG – OPA, que visa à aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia em circulação, ou seja, 74.389 (setenta e quatro mil, trezentos e oitenta e nove) ações, representativas de 0,2270% do capital social da CELGPARG, com vistas ao posterior cancelamento do registro de Companhia Aberta da CELGPARG. Este processo encontra-se em andamento, em obediência aos prazos legais estipulados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e legislação societária. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 32 (h), a Medida Provisória nº 677/2015, que dispõe sobre contratos de concessão do setor elétrico, já convertida em Lei, permite às empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização – PND a partir de 2015, repactuar dívidas em moeda estrangeira no prazo de 120 (cento e vinte) meses, considerando os períodos de carência e amortização. A repactuação da dívida da coligada Celg D, referente ao repasse de Itaipu, ocorreu por intermédio da assinatura de Termo de Repactuação em 17 de junho de 2016. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa nº 32 i., a Assunção da Dívida do Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014, firmado em 11 de setembro de 2014, entre a Caixa Econômica Federal e a CELGPARG, foi efetuada pelo Governo do Estado de Goiás na qualidade de Assuntor, acionista Controlador da CELGPARG, com a anuência da Caixa, na qualidade de credora da dívida, e da União na qualidade de garantidora do pagamento da dívida. A referida assunção foi firmada em 29 de julho de 2016 e os contratos de garantia e contragarantia foram firmados em 02 de agosto de 2016. E, em continuidade ao processo de desestatização da Coligada Celg D, definido pelo seu acionista controlador, foi publicado no Diário Oficial da União do dia 24 de junho de 2016, o Edital de Venda da totalidade das ações de propriedade da Eletrobras e CELGPARG, redefinindo para a data de 30 de novembro de 2016 para o leilão das mesmas, conforme publicado do Diário Oficial da União em 28 de outubro de 2016. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

As informações contábeis intermediárias da coligada CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. No período de 09 meses findos em 30 de setembro de 2016, apresentou um lucro de R\$ 195.480 mil, mantendo ainda um patrimônio líquido negativo de R\$ 755.744 mil. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto mencionando no parágrafo “Conclusão para as informações intermediárias”, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes, individuais e consolidadas, relativos ao balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e as informações contábeis correspondentes intermediárias relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram auditados e revisados, por outros auditores independentes que emitiram relatórios de auditoria e de revisão datados de 28 de março de 2016 e de 13 de novembro de 2015, respectivamente, praticamente com as mesmas ênfases similares descritas acima.

Goiânia, 14 de novembro de 2016.

Berkan Auditores Independentes S.S.

CRC SC-009075/O-7

Bradlei Ricardo Moretti

Contador CRC SC-023618/O-6